

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2023/2024**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**AS FALINTIL NA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO INDONÉSIA E NO
PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-
LESTE**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Mário Baptista “Bersama”
CORONEL DE INFANTARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS FALINTIL NA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO
INDONÉSIA E NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE**

CORONEL DE INFANTARIA Mário Baptista “Bersama”

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2023/2024

Pedrouços 2024



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS FALINTIL NA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO INDONÉSIA E
NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE**

CORONEL DE INFANTARIA Mário Baptista “Bersama”

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2023/2024

Orientador: Coronel Tirocinado António José Fernandes de Oliveira

Pedrouços 2024



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Mário Baptista “Bersama”**, declaro por minha honra que o documento intitulado **As FALINTIL na Resistência à Ocupação Indonésia e no Processo de Restauração e Consolidação da Independência de Timor-Leste** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOG 2023/2024** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **10 de maio de 2024**

Mário Baptista “Bersama”
Coronel de Infantaria



Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Governo português, especialmente ao Comando das Forças Armadas de Portugal, sob a liderança do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, General José Nunes da Fonseca, pela oferta de uma vaga às FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste para poder candidatar um oficial superior a fazer parte do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG).

Em segundo, queria agradecer a confiança do Comando das FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste, particularmente, o Chefe de Estado-Maior General das F-FDTL, Tenente General Domingos Raul “Falur Rate Laek” e a autorização de S.E. o Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Professor Doutor Contra-Almirante Donaciano do Rosário Gomes “Pedro Klamar Fuik”, a frequência do curso tendo em vista a obtenção de altos conhecimentos não só as ciências militares mas também a nível das qualificações académicas.

Em terceiro, agradeço imensamente ao Comandante do IUM Tenente-General Hermínio Teodoro Maio e ao seu antecessor Tenente-General António Martins Pereira pela aceitação. De seguida, queria também agradecer ao Diretor do Curso de CPOG 2023-24 o Brigadeiro General Rui Romão pela sua atenção especial na minha integração no curso; e a toda a estrutura da Direção do Curso de CPOG, os meus agradecimentos.

Gostaria de agradecer, de uma forma muito especial, ao meu Orientador Coronel Tirocinado António José Fernandes de Oliveira pelas suas orientações e instruções contínuas para que este trabalho fosse bem feito.

O meu agradecimento ao Coronel António Sampaio e Silva pelo apoio dos documentos e leis estruturantes.

Os meus agradecimentos ao meu amigo auditor Capitão de Mar e Guerra Paulo Simões pelo apoio providenciado logo no início com fontes importantes sobre a guerra de guerrilha e aos meus amigos auditores Coronel Coelho Santos, Coronel Madruga Matos e Coronel Fernando Leitão pelo apoio dado, bem como os meus agradecimentos a todos os restantes amigos auditores pelo apoio dado e pela amizade.

Finalmente, gostaria de agradecer a minha esposa Domingas de Jesus pela sua ajuda desde o início até ao fim do curso durante 9 meses, desde outubro 2023 até julho 2024.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento teórico e conceptual.....	3
2.1 Estado da arte	3
2.2 Modelo de Análise	7
2.3 Metodologia	8
2.4 Método	8
2.4.1 Participantes e procedimento	8
2.4.2 Instrumentos de recolha de dados	8
2.4.3 Técnicas de tratamento dos dados	8
3. A guerra de resistência e o processo da libertação da pátria	9
3.1 As FALINTIL na guerra de posição	10
3.2 A guerra de guerrilha na montanha.....	13
3.3 As FALINTIL e a guerrilha urbana	16
3.4 Síntese conclusiva	17
4. As FALINTIL no processo de libertação do povo	19
4.1 As FALINTIL no referendo popular.....	20
4.2 O apoio à manutenção da paz	20
4.3 A criação das FALINTIL-FDTL.....	21
4.4 Síntese conclusiva.....	23
5. As FALINTIL na consolidação do Estado timorense	24
5.1 O desenvolvimento das FALINTIL-FDTL.....	24
5.2 A consolidação da paz - a instabilidade e o apoio às missões da ONU	27
5.3 A Força 2020.....	30
5.4 Síntese conclusiva	31
6. Conclusões.....	32
Referências bibliográficas	35

Índice de Apêndices

Apêndice A – Lista de Entrevistado.....	Apd A - 1
Apêndice B - Corpo de conceitos complementares.....	Apd B - 1



Índice de Figuras

Figura 1 - Divisão de setores das FALINTIL, maio de 1976 - julho de 1977.....	12
Figura 2 - Divisão de Regiões das FALINTIL, 3 de março de 1981-1984.....	14
Figura 3 - Estrutura Política.....	15
Figura 4 - Estrutura das FALINTIL	15
Figura 5 - Enquadramento Legislativo.....	30

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modelo de Análise	7
------------------------------------	---



Resumo

Este trabalho de investigação, seguindo uma pesquisa histórica, tem como objetivo principal a análise do papel das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) na resistência à ocupação Indonésia e o seu contributo para o processo que conduziu à restauração e consolidação da independência de Timor-Leste.

As FALINTIL foram o principal protagonista do longo processo de 24 anos de resistência, com sucesso, à ocupação indonésia. Elas foram o elemento que uniu o povo timorense à volta de um objetivo – a sua libertação e a independência do seu território. Mas a sua ação continuou no período pós-independência, mantendo-se acantonadas para não interferir negativamente no processo político ou apoiando às sucessivas missões aprovadas pela ONU.

A atuação das FALINTIL, primeiro como força de guerrilha, depois como elemento agregador em prol da reconciliação e apoio ao processo de estabilização do território por parte das sucessivas missões da ONU e por fim integradas nas Forças Armadas de Defesa de Timor-Leste, mostraram que os guerrilheiros e os militares timorenses foram um ator fundamental na conquista da independência por parte dos timorenses e na posterior construção e consolidação do Estado.

Palavras-chave: FALINTIL, F-FDTL, paz, reconciliação, resistência, Timor-Leste.



Abstract

This research work, following historical research, has as its main objective the analysis of the role of the Armed Forces of National Liberation of Timor-Leste (FALINTIL) in the resistance to the Indonesian occupation and its contribution to the process that led to the restoration and consolidation of the independence of Timor-Leste.

FALINTIL was the main protagonist of the 24-year long process of successful resistance to the Indonesian occupation. They were the element that united the Timorese people around one goal – their liberation and the independence of their territory. But their action continued in the post-independence period, remaining in cantonments so as not to interfere negatively in the political process or supporting successive missions approved by the UN.

The performance of FALINTIL, first as a guerrilla force, then as an aggregating element in favor of reconciliation and support for the process of stabilization of the territory by the successive UN missions and finally integrated into the Armed Defense Forces of Timor-Leste, showed that the Timorese guerrillas and military were a fundamental actor in the conquest of independence by the Timorese and in the subsequent construction and consolidation of the State.

Keywords: FALINTIL, F-FDTL, peace, reconciliation, resistance, Timor-Leste.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Adjt	Adjunto
APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
ASDT	Associação Social Democrata Timorense
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BAKIN	Badan Koordinasi Intelijen Negara (Serviços Secretos Indonésios)
BDD	Bilateral Defence Dialogue
BV	Brigada Vermelha
CAVR	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
CCF	Comité Central da FRETILIN
CDTD	Comissão de Descolonização de Timor-Díli
CEC	Comandante em Chefe
CEDSN	Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional
CEM	Chefe de Estado Maior
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CIGI	Center For International Governance Innovation
CivPol	Civilian Police
Comp	Companhia
Cmdt	Comandante
CNDL	Comissão Nacional de Descolonização de Lisboa
CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorense
CP	Comissário Político
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Comissário Político Nacional
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CR	Constituição da República
CRRN	Conselho Revolucionário da Resistência Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DCP	Defence Cooperation Program
DDN	Departamento de Defesa Nacional
DDR	Disarmament Demobilization and Reintegration
DIAP	Departamento de Informação, Agitação e Propaganda
DOPI	Departamento de Organização, Planeamento e Investigação



DRE	Departamento das Relações Externas
EUA	Estados Unidos da América
FA	Frente Armada
FALINTIL	Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FC	Frente Clandestina
FD	Frente Diplomática
F-FDTL	FALINTIL -Forças de Defesa de Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
GE-F2020	Grupo de Estudos da Força 2020
HANSIP	Pertahanan Sipil (Defesa Civil)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IISS	International Institute for Strategic Studies
INTERFET	International Force for East Timor
IUM	Instituto Universitário Militar
KORAMIL	Komando Rayon Militer (Comando da Unidade Militar no Posto Administrativo)
KOSTRAD	Komando Strategis Angkatan Darat (Comando Estratégico do Exército)
KOTA	Klibur Oan Timor Asswain (Grupo dos Heróis Timorenses)
LDN	Lei de Defesa Nacional
LPM	Lei de Programação Militar
LSI	Lei de Segurança Interna
LSM	Lei de Serviço Militar
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAP	Mutual Assistance Program
OAZR	Orla Anterior da Zona de Resistência
ODFD	Office of Defence Force Development
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Plano de Desenvolvimento da Força
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PKF	Peace Keeping Force



PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PT	Partido Trabalhista
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QO	Quadro Orgânico
RATIH	Rakyat Terlatih (População Treinada)
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
RGSU	Regulamento Geral de Serviço da Unidade
RMC	Região Militar Central
RMF	Região Militar de Fronteira
RMPL	Região Militar de Ponta-Leste
SCN	Secretários dos Comitês Nacionais
SFN	Sistema de Forças Nacional
TI	Trabalho de Investigação
TII	Trabalho de Investigação Individual
TNI	Tentara Nasional Indonesia (Forças Armadas da Indonésia)
UDT	União Democrática Timorense
UNAMET	United Nations Mission in East Timor
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East Timor
UNMISSET	United Nations Mission Support in East Timor
UNOTIL	United Nations Office in Timor-Leste
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
XG	Xanana Gusmão



1. Introdução

Quando, em 2002, no início do novo século, Timor-Leste aderiu à Organização das Nações Unidas (ONU) concretizou-se um marco histórico, para o qual foi decisiva a cooperação internacional bem-sucedida, com forte liderança da ONU (Oliveira, 2022, p. 28).

Apesar desta forte envolvimento da comunidade internacional, o processo que levou à restauração deste Estado assentou na resistência, que teve como protagonista principal as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), contra a ocupação indonésia, durante 24 anos, sendo amplamente conhecido e valorizado (Assembleia Constituinte, 2002, p. 11). Por isso, constitui um exemplo de boas práticas, por se ter configurado num caso de sucesso, quando estudado na perspectiva estratégica e militar (Lousada, Oliveira & Afonso, 2014, p. 271).

Todavia, o processo de restauração da independência de Timor-Leste não terminou no seu ato formal. Através do lançamento de missões sucessivas, a ONU empregou diversos instrumentos, que tiveram um papel decisivo na consolidação da paz deste novo Estado, mas também no seu desenvolvimento, no período pós-independência (Oliveira, 2022, p. 28).

Também neste processo, as FALINTIL tiveram um papel muito relevante, sendo valorizado pelo governo de Timor-Leste que, no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030, reitera mais uma vez a sua confiança nestas forças, valorizando o seu contributo no tempo da resistência e na consolidação da paz (Governo da República Democrática de Timor-Leste [GRDTL], 2011, p. 200), no período de pós-conflito. Como tal, é relevante investigar e consolidar os conhecimentos, com base na literatura e nos contributos dos veteranos e combatentes de libertação nacional de Timor-Leste, para que se recolham ensinamentos da guerra de resistência.

O objeto de estudo são as FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste).

A investigação foi delimitada, tendo como referência Santos & Lima (2019): temporalmente, ao período da resistência à ocupação indonésia, desde 7 de dezembro de 1975 até à retirada da última Missão da ONU em território timorense – a UNMIT (*United Nations Mission in East Timor*), em 2012 (Howe & Uesugi, 2016, p. 100); espacialmente, ao território de Timor-Leste; em termos de conteúdo, foi analisada segundo dois conceitos estruturantes: a guerra de resistência e a consolidação da paz.



O objetivo geral (OG) desta investigação é: Analisar o papel das FALINTIL na resistência à ocupação Indonésia e o seu contributo para o processo que conduziu à restauração e consolidação da independência de Timor-Leste.

O trabalho de investigação integra no domínio das ciências militares, na área do “estudo das crises e dos conflitos armados” e na subárea da “história militar”.

Para melhor responder ao objetivo geral definem-se três objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar o papel das FALINTIL durante o processo de resistência à ocupação da Indonésia (1975 - 1999).

OE2: Analisar o contributo das FALINTIL no processo de restauração da Independência de Timor-Leste, apoiando a ONU (1999 - 2002).

OE3: Analisar o contributo das FALINTIL, integradas nas FALINTIL- Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) no processo de consolidação da paz em Timor-Leste (2002 - 2012).

Para responder à presente investigação de forma alinhada com o OG formulam-se as seguintes questões:

Questão central (QC)

Qual foi o papel das FALINTIL na resistência à ocupação indonésia e o seu contributo na restauração e consolidação da independência de Timor-Leste?

Questões derivadas (QD)

QD1: Qual foi o papel das FALINTIL no período da resistência à ocupação indonésia?

QD2: De que forma as FALINTIL contribuíram para o processo de restauração da independência de Timor-Leste, apoiando a ONU?

QD3: Qual foi o contributo das FALINTIL, integradas nas F-FDTL no processo de consolidação da paz em Timor-Leste?

O TI é estruturado em seis capítulos. A introdução cobre o enquadramento e justificação do tema, objeto de estudo, delimitação, objetivos e questões da investigação. O segundo, aborda o enquadramento teórico e conceptual, o estado da arte, o modelo de análise, a metodologia e o método. O terceiro, analisa a guerra de resistência e o processo de libertação da pátria. O quarto e quinto capítulos analisam o contributo das FALINTIL no processo de libertação do povo e na consolidação do Estado timorense. Finalmente, o último capítulo, conclusões, apresentam-se os resultados obtidos nesta investigação, bem como as limitações da mesma, os contributos para o conhecimento, nomeadamente a resposta à questão central e propõem-se estudos futuros.



2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1 Estado da arte

Timor-Leste foi invadido pelas Forças Armadas da Indonésia (TNI - *Tentara Nasional Indonesia*), em 7 de dezembro de 1975, na sequência de um conflito interno entre os partidos políticos estabelecidos em Timor-Leste, como consequência da revolução de 25 de abril de 1974, em Portugal (Lousada, Oliveira & Afonso, 2014, pp. 29-36).

A guerra de resistência que se seguiu para a libertação da pátria de Timor-Leste foi um processo complexo e prolongado, durante 24 anos. Guevara (2006, p. 13) referiu que a força popular pode ganhar a guerra e que confiar na capacidade criadora e transformadora é fundamental na guerra de guerrilha.

O Comandante-em-Chefe das FALINTIL, Xanana Gusmão, reafirmou “Pátria ou morte!”, “Resistir é vencer!” (Niner, 2000, p. 73). Esta reafirmação significa que a independência de Timor-Leste foi uma questão de determinação, sacrifício, unidade nacional e de tempo. A primeira etapa da guerra iniciou-se logo após a invasão com a defensiva das FALINTIL até 22 de novembro de 1978, com a destruição final das bases de apoio popular no monte de Matebian (Gusmão, 1981, p. 22). Basicamente, este período de defensiva, para as FALINTIL, foi uma guerra de posição (Lousada et al., 2014, p. 14), visto que, até fevereiro de 1976 as TNI não tinham controlado totalmente o território e a população (Niner, 2000, p. 74). As FALINTIL tinham um efetivo de mais de 27 mil combatentes armados (King’s College of London, 2000, p. 6), incluindo milícias com armas abandonadas pelos militares portugueses (Penna, 2009, p. 15).

A destruição constante das bases de apoio popular das FALINTIL, desde 1976, até 1978, pelas TNI, fez evoluir o processo para uma guerra de guerrilha, na montanha (Lousada et al., 2014, p. 135). Esta iniciou-se com a reorganização da luta, primeiro, na ponta leste do país, seguindo-se o centro e mais tarde o oeste do território ou fronteira (Lousada et al., 2014, pp. 136-158).

Nesta fase difícil, a concentração e dispersão das forças de guerrilha foi uma das estratégias mais aplicadas e coroadas de êxitos, facilitando assim aos guerrilheiros das FALINTIL, a sobrevivência e a resistência. O objetivo da concentração foi efetuar reuniões de trabalho, reajustamento estrutural e operações de aniquilamento com o objetivo de capturar armas e munições para o autoabastecimento. Depois disso, as forças da guerrilha foram imediatamente dispersas com o objetivo de evitar as retaliações inimigas (Ruak, 2017, p. 154).



A evolução da resistência timorense desdobrou-se em três frentes de luta, respetivamente, Frente Armada (FA) (as FALINTIL que resistiam nas montanhas); Frente Clandestina (FC) (os timorenses nacionalistas que estavam na clandestinidade); e Frente Diplomática (FD) (timorenses nacionalistas espalhados na diáspora). Cada frente desenvolvia a sua missão concreta e conjugava os seus esforços para o objetivo comum - autodeterminação e independência nacional de Timor-Leste. Além destas três frentes, a Igreja Católica de Timor-Leste também fazia a sua parte, contribuindo para a coesão patriótica dos timorenses.

A guerra de guerrilha urbana foi iniciada após as FALINTIL sofrerem operações de contraguerrilha em combinação com as operações de grande envergadura efetuadas pelas TNI, a partir de 1986. Nesta fase, a Indonésia optava por várias formas e estratégias para a extinção da guerrilha, utilizando espionagem para se infiltrarem na frente clandestina, com o objetivo de desmantelar estas redes bem como para incentivar traições nas FALINTIL (Ruak, 2017, p. 24).

Em 1998, a situação no interior do território continuava instável, a resistência timorense organizada e presente em todo o território e as forças militares indonésias a manterem o controlo. Nesta data, começaram a decorrer discussões relativas a uma possível autodeterminação, com a intervenção da ONU (Oliveira, 2022, p. 122). Ao nível operacional, a pressão das forças indonésias tinha diminuindo e estava concentrada em ações cirúrgicas, enquanto as FALINTIL iam mantendo algumas ações de guerrilha reassumindo a iniciativa (Lousada *et al.*, 2014, p. 260).

O acordo de 5 de maio de 1999 efetuado entre os governos de Portugal e da Indonésia para uma consulta popular em Timor-Leste, sob a égide do Secretário-geral das Nações Unidas (Ministério Público de Portugal, 1999), permitiu que as FALINTIL fossem acantonadas sob a orientação do Comando da Luta. O referendo popular foi efetuado no dia 30 de setembro de 1999, seguindo a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Resolução n.º1246/1999, de 11 de junho).

Neste referendo popular, o povo de Timor-Leste escolheu pela opção de independência nacional com uma percentagem aproximada de 78,5% (Oliveira, 2022, p. 124). O contributo das FALINTIL na organização do referendo popular foi decisivo e preponderante. Elas foram orientadas para serem acantonadas, sob o controlo da ONU, em quatro zonas, Região 1, em Atelari/Baucau; Região 2, 3 e Quartel-General das FALINTIL, em Waimori/Viqueque; e Região 4 em dois locais com a Unidade Norte em Poetete/Ermera e a



Unidade Sul em Odelgomo/Bobonaro (Ruak, 2017, p. VIII). Além disso, as forças foram restringidas de fazerem quaisquer ações militares ou reagirem às ações das TNI e das milícias armadas (Durch, 2006, p. 29).

O Conselho de Segurança da ONU, no seu papel regulador no âmbito da segurança e da paz, autorizou quatro missões da paz consecutivas em Timor-Leste. A primeira missão foi a UNAMET (*United Nations Mission in East Timor*), de junho a setembro de 1999, seguida pela UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*), de outubro 1999 a maio de 2002 (Resolução n.º 1272/1999, de 25 de outubro), a UNMISSET (*United Nations Mission Support in East Timor*), entre maio 2002 e maio 2005, e, por fim, a UNOTIL (*United Nations Office in Timor-Leste*), de maio de 2005 a maio de 2006 (Hasegawa, 2006, p. 5; Resolução n.º 1599/2005, de 28 de abril). O mandato de cada operação de apoio à paz foi diferente. A UNAMET foi mandatada para organizar o referendo popular em 1999; a UNTAET para assumir o governo de transição rumo à independência total de Timor-Leste; a UNMISSET para apoiar e assegurar a estabilidade e a paz duradoura, garantir a imposição da lei e ordem e a administração pública; e a UNOTIL foi mandatada para garantir a consolidação das instituições de Estado e monitorizar as suas atividades diárias (Hasegawa, 2006, p. 5).

No entanto, com a crise de 2006 devido à polarização política entre partidos políticos, o Conselho de Segurança aprovou uma nova missão - a UNMIT, com o objetivo de apoiar o governo e todas as instituições de estado estimulando a cultura de governação democrática, sobretudo garantindo a defesa e segurança nacional tendo o mandato terminado em dezembro de 2012 (Howe & Uesugi, 2016, p. 100).

Com a presença das missões da ONU no território diversas tarefas foram atribuídas às FALINTIL, destacando-se, numa fase inicial, a ligação, coordenação e cooperação das atividades com o oficial de ligação da INTERFET e com as autoridades da UNTAET sobre a segurança nacional (Oliveira, 2022, p. 142).

A liderança timorense tinha projetado um país sem forças armadas, mas a violência pós-referendo e a ameaça das milícias fizeram com que, em abril de 2000, Xanana Gusmão transmitisse à ONU a sua determinação em transformar as FALINTIL no núcleo da futura força de defesa de Timor-Leste. A UNTAET acabou por ceder e em setembro de 2000 a UNTAET aprovou o estabelecimento das F-FDTL (Oliveira, 2022, p. 144), tendo base legal (Regulamento da UNTAET n.º 1/2001, de 31 de janeiro).



As F-FDTL foram implementadas a 1 de fevereiro de 2001, baseadas numa força de infantaria ligeira com 1500 militares e 1500 reservistas, composta por um comando conjunto, uma componente de forças regulares formada por dois batalhões de infantaria ligeira e uma componente naval, para além de um centro de instrução, uma unidade de apoio logístico e uma componente de força reserva, tendo por missão assegurar a componente militar da defesa nacional de Timor-Leste (Bernardino & Mendes, 2017, p. 38; Oliveira, 2022, p. 145). À data da independência as F-FDTL já mostravam alguma capacidade para operar, dissuadindo a atuação das milícias ou prestando apoio em emergências (Howard, 2008, p. 286).

O contributo das FALINTIL no processo da restauração e consolidação da independência de Timor-Leste foi importantíssimo, como parte integrante da construção do estado de direito democrático. O Comando das FALINTIL foi envolvido diretamente no processo de negociação inicial com as autoridades da ONU, incluindo os líderes nacionais timorenses, para a criação das F-FDTL como uma Força de Defesa para garantir a integridade territorial de Timor-Leste (Assembleia Constituinte, 2002, p. 42).

Neste contexto, este trabalho de investigação tem por base dois conceitos estruturantes: guerra de resistência e a consolidação da paz.

O conceito de resistência, na perspetiva da guerra, tem sido amplamente definido pelos estrategas, estudiosos e académicos. Relativamente à terminologia de resistência, segundo Marques (2022, p. 1) encontra a sua origem etimológica no verbo latino «*resistere*» que significa ficar firme, ou seja, aguentar. Segundo Tse-Toung (2004, pp. 21-23) a resistência é uma guerra prolongada e que deve convencer e mobilizar todos os recursos humanos e materiais para poder derrotar o inimigo. Acrescentou ainda que (2004, p. 23) para derrotar o inimigo é necessário ter líderes pragmáticos com capacidade cognitiva e inovativa em traçar planos estratégicos com uma visão clara, influenciando o povo para apoiar a resistência e atuar com inteligência.

Assim, um movimento de resistência é o conjunto de iniciativas levado a cabo por um grupo de pessoas que defendem uma causa normalmente política, na luta contra um invasor num país ocupado por uma entidade externa. Os movimentos de resistência podem incluir qualquer milícia ou guerrilha armada que luta contra uma autoridade, governo ou administração estabelecida ou imposta.

Guevara aclamou pomposamente “Pátria ou Morte” “resistir, venceremos” “no seu discurso nas Nações Unidas em Nova Iorque em 1964 (Medeiros, 2021, pp. 1-12). O



conceito foi sempre agitado no seio dos combatentes e do povo para a motivação da resistência rumo à vitória final na luta de libertação. Em Timor-Leste, a palavra de ordem “Resistir é Vencer” tornou-se pública no tempo da resistência timorense à ocupação indonésia, empregada frequentemente pelas FALINTIL na frente armada (Lousada et al., 2014, p. 135). Este conceito foi utilizado em todos os momentos mais críticos no tempo da guerrilha, para motivar e encorajar os guerrilheiros e patriotas para a resistência.

Quanto à consolidação da paz, esta abrange um conjunto de ações suportando as medidas económicas, operações militares, políticas e sociais com o objetivo de reforçar os acordos estabelecidos a nível político, a fim de minimizar as causas de conflitualidade. Sendo assim, a consolidação da paz, numa situação de fragilidade, procura garantir a estabilidade e resiliência através de uma política de apaziguamento e unidade nacional entre as partes em conflito (IESM, 2007, p. 27).

2.2 Modelo de Análise

Quadro 1 – Modelo de Análise

OG	Analisar o papel das FALINTIL na resistência à ocupação indonésia e o seu contributo para o processo que conduziu à restauração e consolidação da independência de Timor-Leste.		
OE	OE1: Analisar o papel das FALINTIL durante o processo de resistência à ocupação indonésia (1975-1999). OE2: Analisar o contributo das FALINTIL no processo de restauração da independência de Timor-Leste, apoiando a ONU (1999-2002). OE3: Analisar o contributo das FALINTIL, integradas nas F-FDTL no processo de consolidação da paz em Timor-Leste (2002-2012).		
QC	Qual foi o papel das FALINTIL na resistência à ocupação indonésia e o seu contributo na restauração e consolidação da independência de Timor-Leste?		
QD	QD1: Qual foi o papel das FALINTIL no período da resistência à ocupação indonésia? QD2: De que forma as FALINTIL contribuíram para o processo de restauração da independência de Timor-Leste, apoiando a ONU? QD3: Qual foi o contributo das FALINTIL, integradas nas F-FDTL no processo de consolidação da paz em Timor-Leste?		
Conceitos estruturantes	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados
Guerra de resistência	Luta Armada Ação diplomática	Ações de combate físico Ações de apoio a dimensão diplomática	Revisão da literatura e analisar os documentos e leis estruturantes, fontes primárias e secundárias
	Ação clandestina Coesão patriótica	Ações de apoio de dimensão clandestina Ações de apoio a população	
Consolidação da paz	Imposição e restabelecimento da paz	Apoio à ONU Apoio aos atores internacionais Ações de transição e reorganização	Entrevista
	Capacidades militares Construção do Estado	Apoio à ONU Ações de capacitação Organização das instituições	



2.3 Metodologia

A metodologia adota um raciocínio dedutivo (Santos & Lima, 2019, pp. 19-20) e uma estratégia qualitativa (Santos & Lima, 2009, pp. 39-40). Em relação ao desenho pesquisa, adota-se o método de pesquisa histórica (Santos & Lima, 2019, pp. 36-37).

2.4 Método

2.4.1 Participantes e procedimento

Em relação aos participantes, consideraram-se os veteranos ativos e não ativos nas F-FDTL que participaram nas ações de resistência. As entrevistas foram efetuadas com os objetivos específicos focalizados em operações de aniquilamento, visto que não há nenhuns dados verificados nas fontes primárias e secundárias.

As entrevistas foram feitas através de entrevistas presenciais ou via vídeo teleconferência e por correio eletrónico.

2.4.2 Instrumentos de recolha de dados

Neste trabalho de investigação efetuou-se a revisão da literatura, leitura de documentos e leis estruturantes das F-FDTL, leitura das fontes primárias e secundárias, complementada através do recurso a entrevistas de forma não-estruturada (Santos & Lima, 2019, pp. 83-85).

2.4.3 Técnicas de tratamento dos dados

Em relação às técnicas de análise de dados efetuou-se em primeiro lugar a análise documental. Em segundo lugar, conduziu-se a avaliação e seleção dos dados recolhidos. De seguida, analisaram-se somente os dados mais relevantes. Finalmente, refinaram-se os dados e fez-se a análise temática e interpretativa para se chegar a uma conclusão final.



3. A guerra de resistência e o processo da libertação da pátria

A guerra de resistência de libertação do povo de Timor-Leste à ocupação indonésia iniciou no respeito pelo direito universal (ONU, 2017) e pela declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, adotada pela assembleia-geral da ONU (Resolução n.º 1514/1960, de 14 dezembro). O conselho de segurança da ONU aprovou diversas resoluções, que apelavam ao governo indonésio a retirada imediata das suas forças armadas de Timor-Leste e ao governo português, como potência administrante, para que cooperasse com a ONU, a fim de permitir ao povo timorense o exercício livre do direito à autodeterminação (Resolução n.º 384/1975, de 22 de dezembro).

A revolução de 25 de abril de 1974 derrubou o regime ditatorial português (Pimentel, 2024, pp. 119-144). Cerca de um mês mais tarde, em Timor-Leste, foram criados cinco partidos políticos: UDT (União Democrática Timorense); ASDT (Associação Social Democrática Timorense), que mais tarde passou a designar-se FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente); APODETI (Associação Popular Democrática Timorense); KOTA (*Klibur Oan Timor Asswain*); e PT (Partido Trabalhista) (Lousada, Oliveira & Afonso, 2014, pp. 36-39). De entre estes, os principais eram a FRETILIN, UDT e a APODETI, os quais tinham diferentes ideologias e estratégias. A UDT pretendia que a independência de Timor-Leste fosse atingida através de uma descolonização do governo português. Enquanto isso, a FRETILIN exigia imediatamente a independência, ao passo que a APODETI preferia a integração na Indonésia.

Para obter um consenso sobre o processo de descolonização de Timor-Leste foi acordado formar duas comissões paralelas, para negociarem o destino do país: Comissão de Descolonização de Timor-Dili (CDTD); Comissão Nacional de Descolonização de Lisboa (CNDL) (Lousada et al., 2014, pp. 46-47). A negociação teve lugar em Macau de 26-28 de junho de 1975 (Pereira & Feijó, 2023, p. 69).

Entretanto, a FRETILIN discordou das ideias apresentadas, pelo que a UDT desencadeou um golpe em 11 de agosto de 1975 (Lousada et al., 2014, p. 51). Em retaliação, a FRETILIN estabeleceu as FALINTIL, em 20 de agosto de 1975, em Aisirimou sob o comando de Rogério Lobato. Como resultado, a UDT e a APODETI foram derrotadas, tendo-se refugiado em Cupang, na Indonésia e pediram às TNI para intervirem em Timor-Leste. A FRETILIN assumiu a defesa do território (Lousada et al., 2014, p. 58), tendo como as FALINTIL como seu instrumento militar. O seu papel, no tempo da resistência à ocupação



indonésia, pode ser analisado em três etapas: a guerra de posição, a guerra de guerrilha na montanha, a guerra de guerrilha urbana

3.1 As FALINTIL na guerra de posição

As TNI, logo nos finais de 1974, efetuaram as operações de moldagem nas zonas fronteiriças como Maliana, Suai, Ainaro, Ermera, Liquiçá e Dili denominada “*Operasi Komodo*” (Syahnakri, 2013, p.10).

Na primeira fase, através do batalhão 743 destacado em Atambua, formado por uma equipa especial liderada pelo Tenente Kiki Syahnakri, “*Koramil*” de Atapupu, cuja missão era conduzir reconhecimentos dissimulados e observar os postos militares da “Segunda Linha” nas linhas fronteiriças, as condições de terreno, dos portos e aeroportos, os efetivos das forças, o tipo de armamento e a capacidade de combate (Syahnakri, 2013, pp. 10-16).

Na segunda fase, nos princípios de 1975, a BAKIN (*Badan Koordinasi Intelijen Negara*) enviou uma equipa à Atambua, comandado por Major Toni Soemardjo, com a tarefa de desencadear as operações de informação (Syahnakri, 2013, p.15; Lousada et al., 2014, pp. 58-59).

Finalmente, na terceira fase, em julho de 1975, foi projetada uma equipa de Comandos denominada “*Flamboyant*”, comandada por Coronel de Infantaria Dading Kalbuadi. Esta equipa foi subdividida em três subequipas: nomeadamente a “*Susi*”, comandada por Major Yunus Yosfiah; a “*Umi*”, comandada por Major Sofian Effendi; e a “*Tuti*”, comandada por Major Tarub posicionada em Atambua com a tarefa de efetuar uma infiltração à retaguarda, disfarçadamente, para confirmar os dados fornecidos pelas equipas que conduziram os reconhecimentos das primeira e segunda fases. A equipa também tinha a tarefa de resgatar os líderes pró-integracionistas (Syahnakri, 2013, pp.15-16).

Entretanto, a 14 de setembro de 1975, as TNI lançaram ataques simultâneos às regiões de Bobonaro, Atsabe e Suai (Jolliffe, 1978, p. 146). Nestes ataques, o Cabo Welly pertencente ao batalhão 315 de “*KOSTRAD*” (*Komando Cadangan Strategis Angkatan Darat*) à equipa de “*Flamboyant*” foi capturado pelas FALINTIL (Jolliffe, 1978, p. 146; Syahnakri, 2013, pp. 15-16). Coincidentemente, em Balibó, as TNI assassinaram cinco jornalistas australianos que estavam a fazer a cobertura da situação nas fronteiras (Jolliffe, 1978, p. 171).

Os apoiantes da APODETI e da UDT, que escaparam à Atambua juntamente com as forças da UDT comandadas por Francisco Lopes da Cruz, foram acolhidos pelas autoridades



civis e militares indonésias (Syahnakri, 2013, pp. 45-53). O número de refugiados timorenses apontava-se para aproximadamente 10.000 pessoas (Pires, 1991, p. 294).

Os membros da APODETI, num total de 40 homens, foram recrutados pela equipa de “*Flamboyant*”, com a finalidade de retaliar sobre as FALINTIL (Syahnakri, 2013, p. 33). O recrutamento atingiu, mais tarde, o efetivo de 1200 pessoas destinado a apoiar o batalhão 743 (Syahnakri, 2013, p. 60).

Na madrugada do dia 7 de dezembro de 1975, as TNI iniciaram a “*Operasi Seroja*” (Niner, 2009, p. 30). Esta operação tinha duas linhas de operações: a primeira, consistia no lançamento de paraquedistas sobre Díli, combinado com o avanço das forças navais. As FALINTIL travaram combates com as TNI durante um dia, retirando-se gradualmente para os pontos mais altos com o objetivo de efetuar uma linha defensiva materializada por Lahane, Marabia, Fatu Ahi, Rai Kotu Tais Tolu, Laulara e Remexio (Lousada, Oliveira & Afonso, 2014, p. 71). Foram mortos durante os combates cerca de 2000 pessoas, sendo a maioria civis (Niner, 2009, p. 30).

As FALINTIL, basicamente, foram surpreendidas por terem concentrado a sua maior atenção nas fronteiras devido às referidas operações de moldagem das TNI. Enquanto isso, os líderes da FRETILIN e as populações foram evacuando para as montanhas dia após dia. A batalha de Dili durou mais de dois meses, porque as defensivas das FALINTIL não foram facilmente rompidas (Lousada et al., 2014, p. 71).

A segunda linha de operações consistiu numa ação terrestre a partir da fronteira. Esta aproximação foi dividida em duas frentes. A primeira, composta pelos batalhões 743 e 507, teve como objetivo a conquista de Suai, através do posto administrativo de Tilomar (Syahnakri, 2013, p. 59). Outra frente das TNI avançou de Mota Ain a Batugadé e Maliana, com o batalhão 741 e com o apoio dos naturais armados, recrutados pela equipa “*Flamboyant*”, com o objetivo de avançar e fazer a junção em Dili.

Enquanto isso, as FALINTIL estabeleceram as linhas defensivas ao longo de Batugadé, Balibó, Maliana, Bobonaro, Tilomar e Suai como a Orla Anterior da Zona de Resistência (OAZR), sob o comando de Guido Diamantino Soares para travar os combates do inimigo (Lousada et al., 2014, p. 63). A região de Balibó foi reforçada pelo agrupamento do Comandante (Cmdt) Sabika Bessi Kulit, enquanto Bobonaro foi reforçado por agrupamento do Cmdt Humberto Gonçalves (Lousada et al., 2014, p. 63). Outra linha defensiva foi estabelecida em Atabae, Ermera, Ainaro e Same foi reforçada pelos efetivos regulares de Ermera, Uatulari e Lospalos, apoiados pelas milícias das áreas rodeadas. A



terceira linha defensiva das FALINTIL era compreendida entre a estrada de Aileu à Díli onde se encontravam os líderes da FRETILIN, Xavier do Amaral e Nicolau Lobato, bem como o Comandante das FALINTIL, Rogério Lobato onde se encontravam as forças concentradas como reserva estratégica de reforço a cada linha defensiva (Lousada et al., 2014, P. 63).

As FALINTIL tinham aproximadamente 2500 militares regulares, 7000 reservistas treinados militarmente (Lousada et al., 2014, p. 63). Portanto, o efetivo total das FALINTIL após a invasão apontava para 27 mil homens (King's College of London, 2000, p. 12). Foram organizadas bases de apoio popular junto de cada setor que tinham como missão abastecer de alimentos as forças nas linhas defensivas (Niner, 2009, p. 31). As FALINTIL controlavam 75% da população (Lousada et al., 2014, p. 88). O território foi dividido em seis setores, conforme figura 1 (Lousada et al., 2014, p. 97).

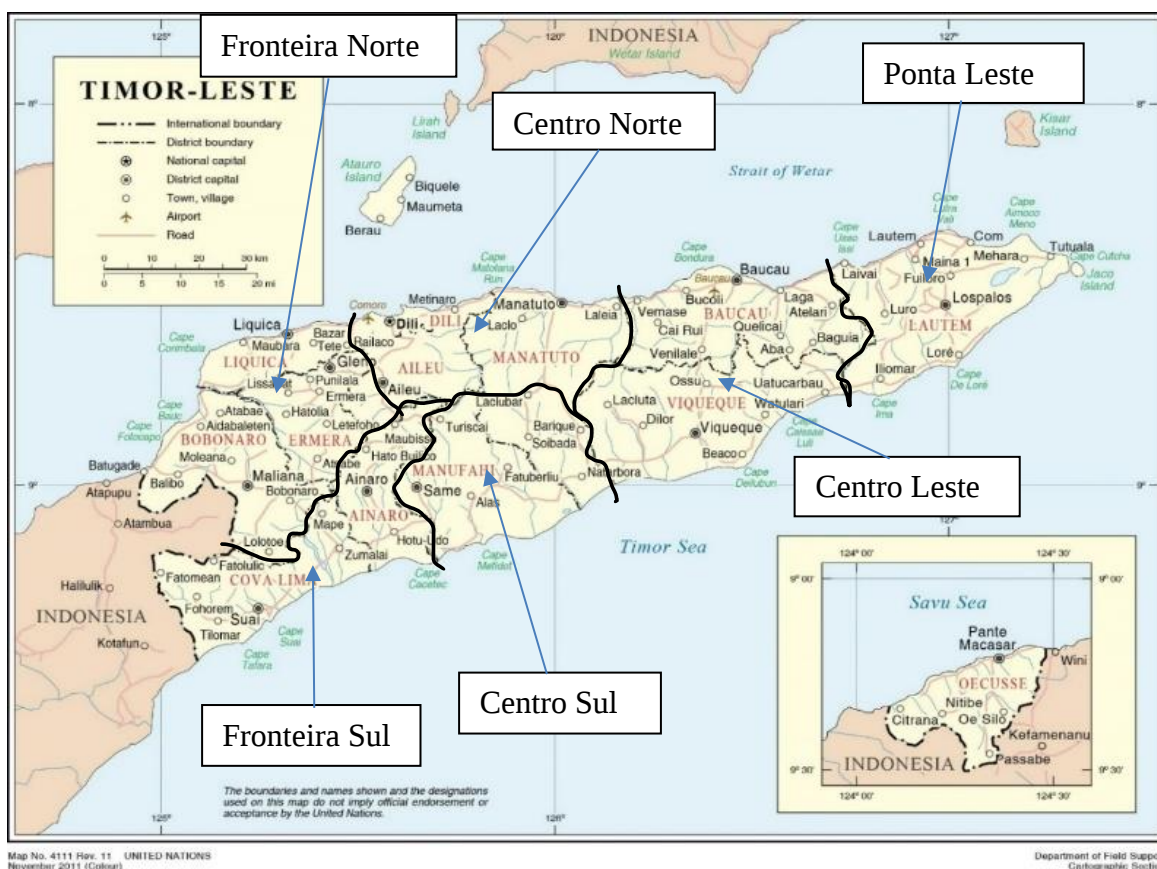


Figura 1 - Divisão de setores das FALINTIL, maio de 1976 - julho de 1977

Fonte: Adaptado a partir da Geoespacial da ONU (2011).

As FALINTIL também conduziam as operações ofensivas com o objetivo de capturar armamentos e munições do inimigo para se autoabastecerem. Foi o que sucedeu em



17 de novembro de 1976, em Waimori, quando as FALINTIL foram atacadas em Waimori pelas TNI com um efetivo de duas companhias. A batalha durou quase um dia inteiro¹. Como resultado, mais de uma companhia das TNI foi aniquilada e as suas armas (M-16) foram capturadas, incluindo munições. Cerca de um pelotão inimigo escapou desorganizadamente para a vila de Vemassee/Baucau e um helicóptero foi abatido aquando tentava lançar os efetivos de reforço. Por parte das FALINTIL houve seis baixas, das quais cinco combatentes e um comandante de pelotão chamado João Freitas (E.C. Araújo, entrevista presencial, 13/1/2024²).

Outra operação de aniquilamento foi efetuada em Matebian nos finais de 1979 onde quase um batalhão das TNI foi aniquilado (P. Ximenes, entrevista por videochamada, 20/01/2024). L. Cabral (entrevista por videochamada, 15/04/2024) confirmou que a operação foi comandada por Laikana com o emprego de mais de um batalhão das FALINTIL.

Após a destruição da totalidade das bases de apoio popular das FALINTIL em cada setor, a partir de setembro de 1977 a março de 1979, a guerra de posição passou à guerra de guerrilha na montanha (Gusmão, 1981, p. 22).

3.2 A guerra de guerrilha na montanha

Os sobreviventes dos membros do Comité Central da FRETILIN (CCF) eram Xanana Gusmão e Mahuno Bulerek Karatayanu. Xanana tomou a iniciativa de reorganizar a luta, reunindo todos os sobreviventes das FALINTIL e das populações de todos os setores para efetuar uma conferência nacional com o objetivo de redefinição dos objetivos estratégicos e operacionais de luta e reestruturação das FALINTIL para continuar a resistência (Gusmão, 1981, p. 30).

A conferência nacional teve lugar em 1 de março de 1981 em Maubai/Viqueque, contou com a participação de 59 quadros médios provenientes de todos os setores. O Xanana presidiu à conferência, tendo a seguinte agenda: 1) Necessidade de reorganizar o país, 2)

¹ Uma frente deslocou-se de Venilale e outra de Ossu com o objetivo de atacar as FALINTIL nas linhas defensivas em Waimori (E.C. Araújo, *op. cit.*). Os efetivos das FALINTIL eram compostos por dois batalhões provenientes das forças dos setores de Centro Leste e de Centro Norte (Companhia 114, comandada por António Má-Lú; companhia 314 sob o comando de comandante Domingos Pinto “Nahak”; companhia 214 comandada por Virgílio dos Anjos “Ular Rihik”; companhia da brigada de choque comandada por José Cirilo “Mau Brany”; companhia de intervenção foi comandado pelo comandante Mauk Lau; e um pelotão móvel da brigada Choque comandado por Lelo Sahe (E.C. Araújo, *op.cit.*). As FALINTIL fizeram o contra-ataque, cercando-as e aniquilando-as. A batalha durou quase um dia inteiro.

² Entrevista presencial, 13 de janeiro de 2024.



Necessidade de tomar consciência e corrigir os erros passados, e 3) Necessidade da criação do partido (Gusmão, 1981, p. 30).

A 3 de março, após votação, Xanana Gusmão foi eleito como novo comandante-em-chefe das FALINTIL, comissário político nacional e líder máximo do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN) por 57 votos - uma maioria absoluta, (Gusmão, 1981, p. 40).

Nesta conferência também foi decidida a divisão territorial em três regiões administrativas: Região Militar de Ponta Leste (RMPL) denominada “*Funu Sei Nafatin*”,³ Região Militar Central (RMC) “*Nakroman*”⁴ e Região Militar Fronteiriça (RMF) “*Haksolok*”,⁵ conforme a figura 2 (Gusmão, 1981, p. 52). Com a nova reorganização do país, as FALINTIL tinham uma estrutura mais atualizada e consolidada para continuar a luta.

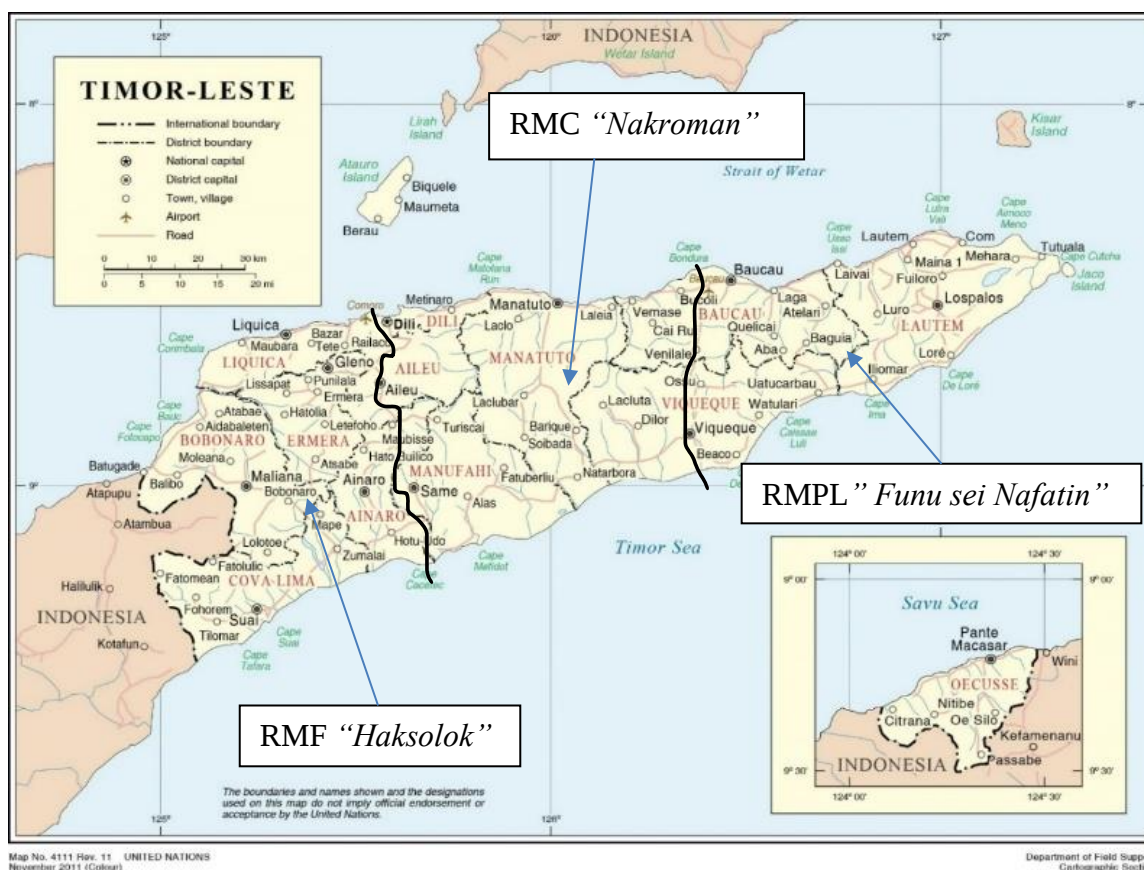


Figura 2 - Divisão de Regiões das FALINTIL, 3 de março de 1981-1984

Fonte: Adaptado a partir da Geoespacial da ONU (2011).

³ Tétum, significa, “A luta continua”. A reorganização da resistência foi feita a partir de Ponta Leste a Fronteira.

⁴ Tétum, significa, “Clarão”. Com a conferência nacional efetuada em Maubai entre 1-8 de março de 1981 foram redefinidos os objetivos estratégicos como linhas orientadoras estratégicas para a resistência.

⁵ Tétum, significa, “Júbilo”. As forças sobreviventes provenientes da fronteira ficavam em júbilos com a reorganização da resistência.



Ao nível estratégico, foram definidos os seguintes objetivos: mobilização integral para a resistência; disseminação das forças vivas do inimigo; ampliação da organização da frente; e aniquilação do inimigo (Gusmão, 1981, pp. 46-52).

Ao nível operacional, foram redefinidos os objetivos como: divisão administrativa do território em três regiões militares, respetivamente, Ponta Leste, Central e Fronteira; reorganizações das FALINTIL; e definição de conceitos operacionais (Gusmão, 1981, pp. 52-58). Cada região militar tinha distribuída duas companhias com quase 300 pessoas (Lousada et al., 2014, p. 156). A estrutura das FALINTIL era política e militar. Cada comissário político colocava-se num setor ou região, os adjuntos colocavam-se nas companhias e os assistentes nos pelotões.

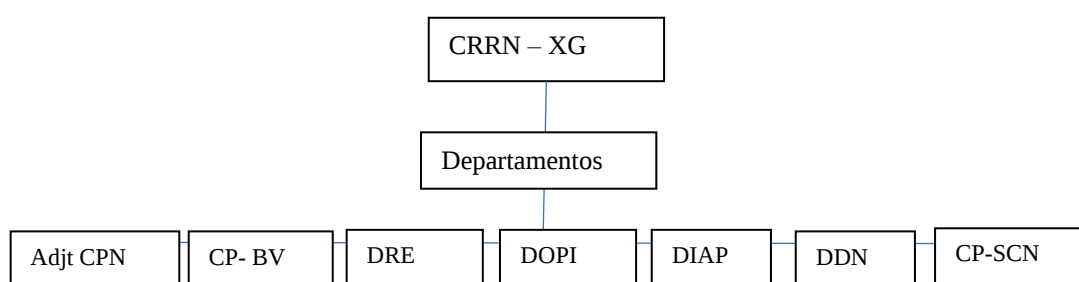


Figura 3 - Estrutura Política

Os quadros políticos tinham tarefas de inculcarem o espírito patriótico aos combatentes e resolver os problemas existentes entre os membros das FALINTIL.

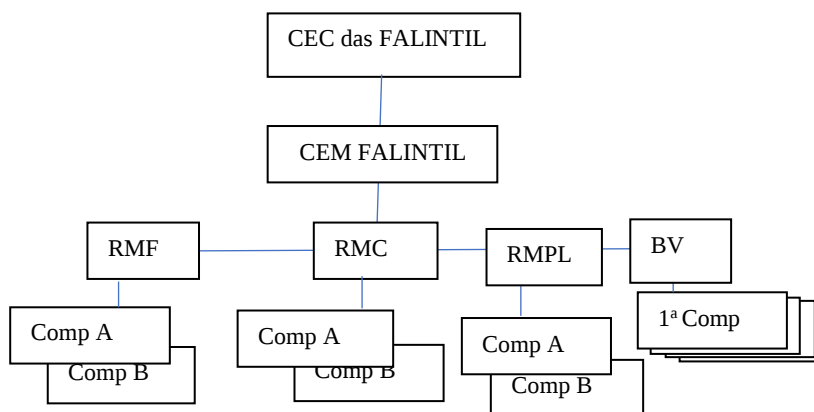


Figura 4 – Estrutura das FALINTIL

Em março de 1983, o Cmdt Xanana Gusmão iniciou conversações com as TNI, tendo sido acordado um cessar-fogo (Lousada et al., 2014, p. 174). Nesta conversação, foram transmitidas as intenções do plano de paz ao governo indonésio. Foi dirigida uma carta ao



Presidente indonésio Suharto, via Coronel Purwanto, na qual se expressavam quatro pontos essenciais: retirada incondicional das TNI; entrada de uma força de manutenção da paz da ONU; realização de uma consulta livre ao povo; e manutenção das FALINTIL nas montanhas para o proteger. Entretanto, em resposta à carta, a Indonésia apresentou uma contraproposta «Autonomia Especial», onde garantia que haveria mais negociações após o governo indonésio notificar a ONU. As FALINTIL contavam com o apoio de Portugal e da ONU para impulsionar o plano de paz apresentado (Niner, 2009, p. 91).

Uma vez que o cessar-fogo estava em vigor, pretendia-se ganhar tempo para organizar a FC e implementar os objetivos traçados na conferência nacional de Maubai (Gusmão, 1981, pp. 46-50). Nestes termos, as FALINTIL condicionaram um levantamento armado, em 8 de agosto de 1983, em Kraras, comandado pelo Ular Rihik para reforçar o efetivo das FALINTIL. Como tal, outros membros de “*Ratih*” e “*Hansip*” escaparam e juntaram-se às FALINTIL, nomeadamente o Cmdt Falur Rate Laek, que saiu com uma companhia com armas (Laek⁶, 2019, p. 74). Além disso, vários timorenses armados de outras partes do território foram forçados a fugir para a montanha, juntando com as FALINTIL, num total de 269 (Lousada et al., 2014, p. 181).

3.3 As FALINTIL e a guerrilha urbana

Em resposta à nova estratégia de contraguerrilha territorial em conjunção com as operações de grande envergadura das TNI, bem como estreitamento das zonas de guerrilha, as FALINTIL tinham de adaptar a nova estratégia⁷ da guerra de guerrilha urbana para poder continuar a resistência.

No plano político-militar, as FALINTIL implementaram os referidos objetivos estratégicos, mobilizando o povo timorense para a resistência (Gusmão, 1981, p. 48). Para garantir de forma segura a manobra das FALINTIL nas aldeias, nos sucos⁸ e nas cidades, o Estado-Maior das FALINTIL emitiu orientações para a sua implementação: 1) organização e consolidação dos canais secretos da FC; 2) sensibilização das populações relativamente às bases jurídicas internacionais sobre o direito de autodeterminação; 3) denunciando as violações aos direitos humanos, massacres, violências, torturas, maus-tratos, repressões e injustiças perpetrados pelos militares indonésios (Ruak, 2017, p. 30). Estas atitudes justificavam a existência de um nível significativo de insatisfação com o “*status quo*”

⁶ F. R. Laek, entrevista presencial, em 19 de dezembro de 2013).

⁷ Estratégia traçada na conferência nacional de Maubai.

⁸ Suco é igual a junta de freguesia.



praticado pelo regime indonésio, sendo uma boa oportunidade para as FALINTIL mobilizarem a população, para a luta (Clark, 1988, p. 21); e 4) consolidar a estrutura da FC e da Igreja Católica (Laek, op. cit.), definição de tarefas gerais e específicas para garantir o apoio logístico, financeiro, informações sobre o inimigo para garantir a penetração e a manobra das FALINTIL (Ruak, 2017, p. 30).

No plano militar, as FALINTIL tinham as missões de organizar a FC, definindo tarefas específicas aos responsáveis de cada direção para fornecer apoio logístico e financeiro, e informações sobre o inimigo por forma a efetuarem as operações de aniquilamento do inimigo. Por exemplo, entre 1985-1989 as FALINTIL desencadearam várias operações de aniquilamento às TNI onde capturaram cerca de cem espingardas de M-16 nas áreas de Viqueque, Baucau, Manatuto, Lospalos e Same (Lere, entrevista presencial, 26/04/2024).

No quadro diplomático, as FALINTIL tinham como objetivo difundir pela comunidade internacional a existência e o papel da resistência, negando a propaganda indonésia. Finalmente, no campo político, despertar a opinião pública nacional sobre a resistência.

O Plano de Paz para a consulta popular foi elaborado pelo Cmdt Xanana Gusmão, em 5 de outubro de 1989, que incluía quatro fases: 1) retirada das TNI no período de três a seis meses, incluindo os civis num período a ser determinado; 2) desarmamento dos timorenses armados por ocupantes e das FALINTIL ambas se mantendo nas montanhas; 3) a reorganização da nova força de defesa sob a responsabilidade de Portugal; e, 4) a formação do governo de transição (Niner, 2000, pp. 139-141).

3.4 Síntese conclusiva

As FALINTIL foram criadas em 20 de agosto de 1975, como braço armado da FRETILIN, para combater as restantes forças políticas timorenses que, entretanto, tinha iniciado uma luta interna pelo poder. Terminada a guerra civil e após a invasão indonésia, as FALINTIL tiveram um papel decisivo no período da ocupação indonésia.

Numa primeira etapa, conduzindo uma guerra defensiva de posição, as FALINTIL, organizando bases de apoio popular para garantir a sustentação nas linhas defensivas, conseguiram retardar a ocupação total do território. Esta fase permitiu formular uma forte campanha de consciencialização e reforçar a identidade nacional timorense.

Após a ocupação total do território por parte das forças indonésias foi através das FALINTIL que se efetuou a reorganização da resistência e se elaborou uma nova estratégia, em conjunto com a frente clandestina, a frente diplomática, a Igreja Católica timorense e



todas as forças políticas, permitindo a disseminação da política de unidade nacional e de reconciliação para obter apoios para a resistência. Conduzindo ações de guerrilha em montanha ou de guerrilha urbana, as FALINTIL foram desenvolvendo um conjunto de ações de combate que, acima de tudo, contribuíram para a manutenção da vontade de resistir do povo timorense, enquanto apoiavam a estratégia política do comando da luta.

Assim, em resposta à QD 1, o papel das FALINTIL no período da ocupação indonésia foi central em todo o processo que permitiu a manutenção da coesão dos timorenses à volta da vontade de resistir à ocupação e lutar pela sua independência.



4. As FALINTIL no processo de libertação do povo

Uma das estratégias do Cmdt-em-Chefe (CEC) das FALINTIL, Xanana Gusmão, foi a implementação do Plano da Paz (Niner, 2000, pp. 139-141). Este foi um momento oportuno de aplicar a “Arte de Guerra”, de Sun Tzu “Ganhar a guerra sem combater com o inimigo” (Niner, 2009, p. 187). A intenção de Xanana Gusmão era estabelecer relações com os líderes indonésios pró-democracia⁹ durante a sua prisão em Cipinang, Jacarta, a fim de persuadi-los a aceitar o referido plano de paz para pressionar Suharto (Niner, 2009, p. 171).

Xanana Gusmão também escreveu ao Presidente Nelson Mandela, aconselhado por José Ramos Horta, com a intenção de persuadir Suharto nas negociações sobre a implementação do plano de paz (Niner, 2009, p. 173). Além disso, escreveu uma carta ao Secretário-geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali, apelando a necessidade de inclusão dos timorenses nas negociações da ONU (Niner, 2009, p. 144).

No âmbito da FD, FC e a Igreja Católica a sensibilização da política de unidade nacional e reconciliação e o plano da paz foi disseminada tanto em Timor-Leste como na diáspora (Niner, 2009, pp. 115-118). Portanto, com a prisão do Cmdt Xanana em Cipinang, Jacarta, através de visitas e encontros com entidades mais importantes da ONU e da comunidade internacional, aumentou drasticamente a visibilidade internacional (Niner, 2009, p. 161).

O acordo tripartido entre os governos de Portugal, da Indonésia e a ONU foi efetuado em 5 de maio de 1999 em Nova Iorque, marcando um momento histórico e decisivo (Ministério Público de Portugal, 1999) na implementação do plano de paz apresentado por Xanana Gusmão¹⁰ (Lousada et al., 2014, p. 196). Como tal, as FALINTIL foram imediatamente orientadas pelo seu comando para serem acantonadas, restringidas na execução de operações militares, bem como a reações às ações das TNI (King’s College of London, 2000, p. 7; Niner, 2009, p. 200). Por conseguinte, no início de agosto de 1999, as FALINTIL foram acantonadas da seguinte forma: região 1, em Atelari/Baucau; Região 2, 3 e Quartel-general das FALINTIL, em Waimori/Viqueque; e Região 4 em dois locais com a Unidade Norte em Poetete/Ermera e a Unidade Sul em Odelgomo/Bobonaro (Ruak, 2017, p. VIII).

⁹ Por exemplo, Adnan Butung Nasution, Haji Princen, Ali Sadikin, Sri Bintang Pamungkas, Megawati Sukarno Putri e Abdurrahman Wahid conhecido por “Gus Dur”.

¹⁰ O resultado das negociações entre o governo de Portugal e da Indonésia foram efetuadas na base da aspiração e exigência das FALINTIL através do plano de paz apresentado pelo comandante-em-chefe das FALINTIL Xanana Gusmão.



4.1 As FALINTIL no referendo popular

Baseado no acordo tripartido de 5 de maio de 1999, o conselho de segurança da ONU autorizou o estabelecimento da UNAMET, com o mandato para a organização da consulta popular até 31 de agosto (Resolução n.º 1246/1999, de 11 de junho). A consulta popular foi marcada para o dia 30 de agosto de 1999. Após um recenseamento de 451,792 possíveis votantes, votaram 438,956, o que corresponde a 98,6%. A 4 de setembro de 1999, Kofi A. Annan, Secretário-geral da ONU, anunciou em Nova Iorque, os resultados da consulta popular: 94, 388 (21,5%) votaram estatuto de autonomia especial apresentado, ao passo que 344, 589 (78,5%) o rejeitaram, pois preferiram a independência de Timor-Leste, pela qual tinham lutado durante 24 anos de resistência (Pereira & Feijó, 2023, p. 397).

Embora as FALINTIL tenham testemunhado violências, massacres e destruição - 85% das casas e edifícios públicos foram incendiadas (Marker, 2003, p. 6), mantiveram-se disciplinadas nos seus respectivos acantonamentos (King's College of London, 2000, p. 8).

Às FALINTIL não foram atribuídas, legalmente pela ONU, quaisquer responsabilidades para garantirem a paz e estabilidade, pelo que a INTERFET considerou que as FALINTIL faziam parte dos grupos armados que deveriam ser desarmados (King's College of London, 2000, p. 7). No entanto, as FALINTIL recusaram depor as suas armas, alegando que poderiam necessitar de retomar a luta, pelo que a INTERFET não implementou o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração¹¹ (DDR).

Em alternativa ao desarmamento das FALINTIL foi estabelecido um acordo verbal, em novembro de 1999, entre o Vice-Cmdt Ruak e o Cmdt da INTERFET (International Force for East Timor), General Peter Cosgrove, para estabelecer um único acantonamento para as FALINTIL, em Aileu, com os seguintes requisitos: 1) os membros das FALINTIL deviam manter-se no seu acantonamento, e; 2) as armas não podiam ser levadas fora do acantonamento (King's College of London, 2000, p. 8).

4.2 O apoio à manutenção da paz

O apoio à manutenção da paz era uma das obrigações das FALINTIL para garantir a paz, segurança e estabilidade nacional, mesmo não tendo sido reconhecidas pela ONU no âmbito dos mandatos da UNAMET, UNTAET e da INTERFET (King's College of London, 2000, p. 7). Não obstante, as FALINTIL procuravam sempre maneiras diferentes de

¹¹ Neste sentido, a INTERFET tomou uma postura correta, porque se tivesse sido efetuado o desarmamento às FALINTIL teriam retomado a resistência nas montanhas, o que resultaria o falhanço das missões da paz da ONU em Timor-Leste (King's College of London, 2000, pp. 7- 9).



contribuir para a paz e segurança, em colaboração com a UNAMET, UNTAET, CivPol (*Civilian Police*) e INTERFET para assegurar o sucesso do processo de transição.

A 13 de março de 2000, foi realizado um encontro entre o Representante Especial do Secretário-geral (RESG) da ONU Dr. Sérgio Vieira de Mello, o comandante da PKF (*Peace Keeping Force*), General Jaime de Los Santos, o Cmdt Xanana Gusmão, membros da UNTAET, do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) e das FALINTIL para iniciarem discussões formais sobre o futuro das FALINTIL. Foi formado um “Grupo de Estudo das FALINTIL” para planejar, organizar e dirigir as discussões tendo sido efetuados vários encontros entre a UNTAET e as FALINTIL nos dias 17, 24 e 31 de março de 2000. Nestes foram apresentadas algumas propostas concretas para que as FALINTIL colaborassem com a PKF a manter a paz e estabilidade, em vários níveis, incluindo o patrulhamento conjunto e estabelecimento de grupos móveis de segurança entre as FALINTIL, INTERFET/PKF, polícia civil e os observadores militares da ONU e a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) (King’s College of London, 2000, p. 7).

4.3 A criação das FALINTIL-FDTL

A transformação das FALINTIL em F-FDTL, como uma força regular e moderna, foi crucial e crítica em termos de recursos financeiros, logísticos, materiais e humanos. Foram efetuadas várias negociações entre os comandantes das FALINTIL, líderes do CNRT e de todas as frentes, a UNTAET e PKF sobre o futuro do estatuto das FALINTIL (King’s College of London, 2000, p. 7). Finalmente, foi apresentada uma proposta à UNTAET pelo Cmdt Xanana Gusmão. Para tal, o “*Centre for Defence Studies, King’s College of London*” foi encarregue de efetuar um estudo que se intitulou “*Independent Study on Security Force Options and Security Sector Reform for East Timor*”.

O estudo foi conduzido por uma equipa multinacional e multidisciplinar constituída por sete membros. O objeto de estudo era 1) analisar as FALINTIL, 2) estudar e propor opções para a constituição de uma força de defesa, e 3) analisar os aspetos de governação relacionados com a segurança e as relações político-militares (King’s College of London, 2000, p. 4). O efetivo das FALINTIL, contando com os jovens que foram integrados no acantonamento de Aileu, era nessa altura de 1500 militares (King’s College of London, 2000, p. 16).

A 17 de março de 2000 as FALINTIL haviam apresentado uma proposta para a criação das F-FDTL com um efetivo de 5 mil militares, 70% dos quais no exército, 20% na marinha e 10% na força aérea. No entanto, esta proposta foi reajustada após várias reuniões



realizadas, incluindo o efetivo total, devido a restrições orçamentais para o início da formação das F-FDTL (King's College of London, 2000, p. 13).

A UNTAET em coordenação com o governo português, transmitiu a proposta apresentada no sentido de garantir uma equipa de instrutores militares para começar a formação (Cavaleiro, 2004, pp. 170). O plano de formação foi feito de acordo com a terceira opção do estudo efetuado pela equipa do King's College of London - uma força de três mil homens sendo cerca de metade dos veteranos das FALINTIL (Bernardino & Mendes, 2017, p. 38; King's College of London, 2000, p. 51).

A UNTAET estabeleceu o Regulamento No 1/2001 como base legal para a criação das F-FDTL para garantir a defesa nacional em vez da PKF (Regulamento da UNTAET n.º 1/2001, de 31 de janeiro).

A primeira missão dos instrutores militares portugueses em Timor-Leste, foi efetuada em duas fases: a primeira, consistiu no primeiro curso de formação geral das FALINTIL que teve lugar de 19 de fevereiro a 25 de maio de 2001, em Aileu, liderado por Major de Comando José Manuel Ferreira Afonso, no qual, 200 guerrilheiros foram formados e selecionados, sendo 66 oficiais, 124 sargentos e 10 praças (Bernardino & Mendes, 2017, p. 40). Na segunda, em Metinaro, foi efetuado o primeiro recrutamento de 400 guerrilheiros novatos das FALINTIL, com início de 23 de julho a 29 de novembro de 2001, perfazendo assim, um efetivo de 600 militares das novas F-FDTL (2017, p. 41). Posteriormente, foram constituídos o Quartel-general em Díli, a unidade de centro de instrução em Metinaro, e o 1.º batalhão de infantaria e unidade de logística.

A segunda missão da equipa de instrutores iniciou-se com o segundo recrutamento de praças de 18 de fevereiro a 20 de julho de 2002, num total de 265 soldados, a partir do qual, foi constituído o 2.º Batalhão de Infantaria (Bernardino & Mendes, 2017, p. 42).

Tanto no primeiro como no segundo recrutamento de praças, foram envolvidos os instrutores das F-FDTL que foram formados no primeiro curso de formação geral em Aileu. Além disso, foram coadjuvados pelos países amigos com desenhos específicos de treino tais como (Bernardino, 2022, p. 122):

- Austrália: curso de especialidades designadamente língua inglesa e capacitação individual;
- Nova Zelândia: treino de armamento;
- Coreia do Sul: treino de "*Taek Wondo*"; e
- Estados Unidos da América (EUA): assistência logística incluindo serviços médicos.



4.4 Síntese conclusiva

Após o acordo tripartido, de 5 de maio de 1999, efetuado entre os governos de Portugal e Indonésia e o Secretário-geral da ONU, iniciou-se o processo que permitiu a realização da consulta popular ao povo timorense.

As FALINTIL, orientadas pelo comanda da Luta, aceitaram ser acantonadas e não reagirem contra qualquer ação das Forças Armadas Indonésias para não prejudicar a realização do referendo, dando simultaneamente um sinal de colaboração e compromisso com as entidades responsáveis por conduzir o processo. Tendo colaborado de forma muito próxima com a UNAMET, a sua ação na ligação e apoio a esta missão da ONU foi fundamental para garantir que o processo de recenseamento e consulta popular fosse realizado num ambiente estável e seguro.

Após a divulgação dos resultados, as FALINTIL mantiveram-se acantonadas, não reagindo às ações das milícias armadas e, seguindo as orientações da INTERFET e da UNTAET, começaram a colaborar no processo de reconciliação, apoiando o regresso dos deslocados a Timor-Leste. Com a data da independência a aproximar-se, as FALINTIL iniciaram o processo de transformação, passando de um movimento de guerrilha para uma forças armadas regulares.

Desta forma, e como resposta à QD2, as FALINTIL contribuíram para o processo de restauração da independência de Timor-Leste, apoiando a ONU, numa primeira fase, no processo de recenseamento e consulta popular e posteriormente no processo de regresso dos deslocados e reorganização do território. Posteriormente, sob orientação da UNTAET iniciaram a sua reorganização nas forças de defesa do novo Estado, para assumirem a responsabilidade no setor de defesa e segurança.



5. As FALINTIL na consolidação do Estado timorense

No domínio da defesa e segurança nacional, as missões das F-FDTL foram definidas constitucionalmente (Assembleia Constituinte, 2002, p. 42), como base fundamental para garantir a independência nacional, a integridade territorial, a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional. Estas missões foram transcritas detalhadamente na Lei de Defesa Nacional (LDN) (Lei n.º 3/2010, de 21 de abril), como bases para a política de defesa da RDTL.

Desde a sua formação inicial, em 2001, as F-FDTL, integraram no seu seio as FALINTIL, que estavam nos acantonamentos de Aileu. As novas Forças foram desenvolvendo as capacidades necessárias para garantir a soberania do país, através das atividades militares normais, nomeadamente com os patrulhamentos conjuntos nas linhas da fronteira terrestre entre Timor-Leste e Indonésia, em colaboração com a PNTL (Bernardino, 2022, p. 125).

Em 20 de maio de 2002, após a transferência formal de responsabilidades de soberania para o novo governo de Timor-Leste, as F-FDTL já mostravam alguma capacidade para garantir a defesa e segurança nacional, especialmente em termos dissuasão e na execução de operações relacionadas com intervenções em emergências (Oliveira, 2022, p. 145).

As F-FDTL assumiram, formalmente, a responsabilidade pela defesa em 20 de maio 2004 (Oliveira, 2022, p. 131). Todavia, apesar desta transferência formal, a ONU nunca deixou de apoiar Timor-Leste. Sendo um Estado muito recente, com as infraestruturas profundamente destruídas, era necessário construir o país a partir do zero.

5.1 O desenvolvimento das FALINTIL-FDTL

O desenvolvimento das F-FDTL constituiu um fator preponderante do contributo das FALINTIL na construção do Estado, seguindo a lógica de libertar a pátria, numa primeira fase e libertar o povo, numa segunda (Niner, 2000, p. 66). Se a libertação da pátria foi uma questão de tempo e de unidade de esforços, a libertação do povo deveria significar, para além da questão do tempo, um largo consenso comum, tanto no nível político e estratégico, como no nível operacional e tático (Niner, 2000, p. 73).

A visão para o desenvolvimento e capacitação das F-FDTL assumia que estas deviam ser uma força de pequena dimensão, profissional e credível, capaz de defender Timor-Leste e o povo timorense, numa postura de neutralidade e imparcialidade. Esta visão era apoiada



nos valores do respeito, disciplina, lealdade e coragem, os quais devem ser assimilados e implementados como base para ganhar a simpatia do povo e dos países vizinhos (GRDTL, 2011, pp. 202-204). Estes valores são herdados de duas bases muito importantes: 1) os valores históricos da resistência extraídos das experiências das FALINTIL, como protagonista da resistência armada; 2) os valores profissionais – assentando no cumprimento dos deveres militares prescritos no Regulamento da Disciplina Militar (RDM), no seu artigo 4.º, bem como nas leis estruturantes das F-FDTL (Decreto-lei n.º 17/2006, de 8 de novembro).

Após a criação das F-FDTL, em 2001, foi estabelecido o *Office of Defence Force Development* (ODFD), junto do Quartel-general, sediado em Díli (Cavaleiro, 2004, p. 172). Este gabinete tinha como objetivo apoiar o plano de desenvolvimento da Força, nomeadamente, o levantamento de novas unidades e componentes, de acordo com a opção do estudo do King's College escolhida¹² (Bernardino & Mendes, 2017, p. 38).

A estratégia de defesa nacional foi desenvolvida com base nos objetivos definidos na Constituição, com o foco central na diplomacia e na dissuasão, como parte para a prevenção e resolução dos conflitos e afirmação da soberania do Estado. O modelo desta estratégia abrange a cooperação com os países vizinhos e amigos, promovendo interações e discussões no âmbito da componente de Defesa a nível regional e internacional, participações ativas em fóruns e contribuições em operações de apoio à paz (GRDTL, 2011, p. 200).

A cooperação no domínio da defesa foi desenvolvida para obter apoio na formação e capacitação de recursos humanos bem como garantir a defesa nacional, defesa cooperativa ou defesa coletiva no âmbito regional e internacional (Bernardino, 2022, p. 126; Resolução do Governo n.º 43/2016, de 14 de dezembro).

Assim, para desenvolver as capacidades das F-FDTL, foi estabelecida e consolidada a cooperação bilateral e multilateral com Portugal, os países vizinhos, a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os EUA, a China, o Japão, a Coreia do Sul e as ilhas do Pacífico. Esta cooperação era materializada com a participação em exercícios militares combinados, bem como com a participação nas reuniões da componente de Defesa. Revelou-se importante na conquista de mais apoios em termos de desenvolvimento da capacidade requerida, e modernização das

¹² A terceira opção (ver capítulo anterior).



F-FDTL, mas também como parte da implementação da política externa do governo de Timor-Leste (Bernardino, 2022, p. 125).

A cooperação bilateral com Portugal foi reforçada através de um acordo do programa-quadro (Cavaleiro, 2004, p. 178). Portugal continuou a providenciar apoio na formação e treino em todas as áreas, tanto em Timor-Leste, como em Portugal. O acordo assentava em dois aspetos essenciais: ações de formação de pessoal e de assessoria técnica (Resolução do Governo n.º 1/2004, de 28 de janeiro).

A partir de 2002 até 2005 foram realizados mais 4 cursos de formação de praças num total de 885 mancebos, os quais foram distribuídos para diferentes componentes e unidades (F-FDTL, 2016).

As F-FDTL continuaram a efetuar novos recrutamentos com o objetivo de recuperar e completar os efetivos autorizados. Desta forma, de 11 de maio a 17 de dezembro de 2009, ocorreu um novo recrutamento, com um efetivo de 203 militares (F-FDTL, 2016). Realizou-se ainda outro Curso de Formação de Praças de 30 de agosto a 16 de dezembro de 2011, com um efetivo 351 militares (F-FDTL, 2016). Com estes dois recrutamentos foi recuperado o efetivo das F-FDTL, que se tinha reduzido depois de crise de 2006.

A adesão formal de Timor-Leste à CPLP, em 1 de agosto de 2002, na Cimeira dos Chefes de Estado da CPLP efetuada em Brasília, na República Federativa do Brasil, a cooperação no domínio da defesa foi estabelecida e como Estado-membro, Timor-Leste, participou ativamente nas reuniões de componente de defesa, bem como nos exercícios Felino, realizados anualmente (Bernardino & Rizzi, 2023, p. 218).

Alargando a cooperação no domínio da Defesa, em 2004, Timor-Leste iniciou a “*Defence Cooperation Programa Talks*” (*DCP Talks*) com a Austrália (F-FDTL, 2011). Em termos de desenho específico de treino, a Austrália ministrava os cursos de especialidades, designadamente os cursos de língua inglesa, de engenharia, de tecnologias de informação e de purificação de água. Conforme dados fornecidos por E. de Jesus (entrevista por email, 17 de fevereiro de 2024) em 2005, foi assinado o acordo “*Maubere*¹³”, de cooperação técnico-militar entre Timor-Leste e o Brasil. Assim, neste enquadramento, a unidade da Polícia Militar foi formada pela Polícia do Exército do Brasil¹⁴ (Mendes & Saramago, 2011, p. 38).

¹³ Nome original timorense.

¹⁴ No âmbito do “*Maubere I*”, em 2005, “*Maubere II*”, em 2007, “*Maubere III*”, em 2010, “*Maubere IV*”, em 2013, “*Maubere V*”, em 2018, “*Maubere VI*”, em 2022 e “*Maubere VII*”, em 2023 (F-FDTL, 2023).



A partir de 2006 as atividades de cooperação militar foram-se alargando a outros Estados. Assim, em 2006 iniciou-se o “*Mutual Assistance Program (MAP) Talks*”, entre Timor-Leste e a Nova Zelândia. A cooperação formal entre Timor-Leste e os EUA foi iniciada em 2009, através da iniciativa “*Bilateral Defence Dialogue (BDD)*” e no mesmo ano foi assinado o acordo de cooperação técnico-militar com o governo do Canadá (E. Jesus, op. Cit.).

No campo diplomático, as F-FDTL assumiram compromissos como parte da política externa, promovendo a imagem de Timor-Leste na arena internacional. Por exemplo, em 2011, um pelotão de engenharia das F-FDTL participou nas missões da paz no Líbano, integrando um contingente português no âmbito das forças das Nações Unidas destacadas neste território (Bernardino & Mendes, 2017, p. 43; Deus, 2024, parágrafos 2-3). Em 2012, dois oficiais superiores foram mobilizados para a missão de paz no Sudão do Sul, como observadores militares da ONU (Deus, 2024, parágrafos 2-3).

Assim, durante o seu processo de desenvolvimento e consolidação operacional, as FALINTIL, agora integradas nas F-FDTL, foram um instrumento fundamental para o estabelecimento de relações de cooperação com diversos Estados, consolidando, desta forma, o processo de independência e afirmando Timor-Leste no contexto internacional.

5.2 A consolidação da paz - a instabilidade e o apoio às missões da ONU

Depois da restauração da independência de Timor-Leste, as F-FDTL foram cada vez mais consolidadas e desenvolvidas, de acordo com o plano de desenvolvimento da Força, aptos a assumirem as suas missões, explícitas no artigo 146.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (Assembleia Constituinte, 2002, p. 42).

Entretanto, para continuar a monitorizar a governação de Timor-Leste, a ONU decidiu estabelecer uma nova missão, a UNMISSET, substituindo a UNTAET, com o mandato de um ano e com a missão de: assistir as novas estruturas administrativas críticas, de primordial importância para garantir a viabilidade e a estabilidade política de Timor-Leste; garantir, provisoriamente, a imposição da lei e segurança pública e apoiar a criação da PNTL; e contribuir para a manutenção da segurança interna e externa de Timor-Leste (Resolução n.º 1410/2002, de 17 de maio).

Neste quadro, as F-FDTL assumiram um papel importante no domínio da Defesa, bem como na colaboração com a PNTL na manutenção da paz e ordem pública, sobretudo, no



período das eleições presidenciais e legislativas (Bernardino, 2022, p.125). Além disso, cooperaram a UNMISET e o novo governo de Timor-Leste, a fim de manter estabilidade e paz duradoura para impulsionar o progresso e desenvolvimento nacional.

Um dos maiores contributos das FALINTIL, após a restauração da independência de Timor-Leste, foi a ação de reconciliação. Esta ação foi baseada na política de unidade nacional, implementada durante a luta armada (Gusmão, 2012, pp. 33-53).

Assim, para garantir a construção do Estado era necessário efetuar uma reconciliação nacional, com base nas experiências de luta¹⁵, como tinha sido aplicada a política de unidade nacional unificando a força, para atingir o objetivo de independência nacional. Xanana Gusmão tinha pensado na implementação da mesma filosofia de reconciliação depois da guerra devido ao fracionamento dos timorenses em dois grupos, respetivamente, pró-independência e pró-integração na Indonésia (Niner, 2009, p. 199). Segundo Salla (2000, pp. 42-45), a reconciliação que o governo de Timor-Leste pretendia materializar deveria ser efetuada em cinco níveis: intrapessoal, interpessoal, intergrupo, nacional e internacional.

As FALINTIL começaram a implementar esta política logo após o anúncio do acordo tripartido. No entanto, para prosseguir esta política, a UNTAET estabeleceu a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), com objetivos bem definidos e com a responsabilidade de produzir um relatório e submetê-lo aos dois governos, Timor-Leste e Indonésia, a fim de se tomarem as decisões necessárias, de acordo com as recomendações contidas nesse relatório (Regulamento da UNTAET n.º 10/2001, de 13 de julho). Em 31 de dezembro de 1998, aquando estava na prisão de Cipinang, em Jacarta, Xanana Gusmão apelou ao povo de Timor-Leste para que caso a Indonésia tivesse vontade de cooperar no estabelecimento de um clima político de reconciliação nacional genuíno, encerrasse o capítulo de 23 anos passados em conflito (Niner, 2000, p. 232).

No nível intrapessoal e interpessoal, as FALINTIL foram sensibilizadas tanto no período de pré-consulta popular, como no da pós-independência, visto a conquista da independência ter sido feita através da política de unidade nacional, de se considerar que, para desenvolver o país é necessária sensibilização quanto às experiências passadas.

¹⁵ Por exemplo, a reunião de paz e reconciliação de Dare I, efetuada em Jacarta, com o apoio do governo indonésio e em Dare II, Díli, em junho de 1999, liderado por Bispo Dom Carlos Felipe Ximenes Belo (Niner, 2009, p. 195).



Nos níveis intergrupo e nacional a campanha foi semelhante, conseguindo-se que cerca de 75% dos timorenses pró-integracionistas fossem reintegrados na sociedade timorense depois da restauração da independência¹⁶ (Niner, 2009, p. 199; Ahmed, 2006, p. 238). No nível internacional, Xanana Gusmão foi o promotor eminente da reconciliação, principalmente com os militares indonésios¹⁷. Os veteranos ativos nas F-FDTL tiveram depois um papel ativo para incrementarem estas boas relações. Confirmando este papel fundamental, o Presidente da República da Indonésia, Susilo Yudhoyono, afirmou que este era um claro exemplo da cooperação entre Indonésia e Timor-Leste (International Institute for Strategic Studies [IISS], 2012).

A capacidade de gestão de crises internas, por parte das F-FDTL, no pós-independência, foi provada durante a crise de 2006. No início desse ano, por causa de condições precárias das F-FDTL em termos salariais, alojamentos, refeições e transportes, ocorreu uma grave crise no seio das F-FDTL (Blanco, 2015, p. 51). De acordo com o relatório da Comissão Especial Independente de Inquérito para Timor-Leste, esta crise pode ser explicada, em grande parte, pela fragilidade das instituições do Estado e pelas fraquezas do Estado de direito, pelo que as estruturas governativas e a cadeia de comando existente foram degradadas (UNHCR, 2006).

Apesar da complexidade da situação, a maioria dos militares que permaneceram nas F-FDTL após a primeira fase da crise, eram veteranos das FALINTIL. Em 1 de maio de 2006 foi estabelecido um comando conjunto para efetuar ações coordenadas entre as F-FDTL e a PNTL (UNHCR, 2006), no quadro da operação “*Halibur*”¹⁸, que tinha como objetivo fazer regressar todos os peticionários desertores (Center for International Governance Innovation [CIGI], 2009). As operações, numa atuação conjunta entre as F-FDTL e a PNTL, permitiram que a situação fosse resolvida com sucesso (CIGI, 2009). No entanto, esta crise criou um retrocesso no plano de desenvolvimento das F-FDTL e na própria consolidação do Estado de Timor-Leste. Apesar das dificuldades, a situação socioeconómica foi recuperada e garantida (CIGI, 2009) e ficou evidente a importância das

¹⁶ Outro exemplo de reintegração: o partido de UDT tem assento no parlamento nacional, bem como os militantes do partido de APODETI têm vindo a desfrutar a liberdade tanto fora do governo como dentro governo e parlamento nacional.

¹⁷ Especialmente com generais ativos e reformados, como por exemplo o encontro entre Xanana e general reformado Wiranto em Bali em 2004 (Silva, 2004, parágrafos 1-2).

¹⁸ Tétum, significa: reunir.



F-FDTL para a manutenção da estabilidade interna. Era importante uma força militar que garantisse o monopólio da força armada no território.

5.3 A Força 2020

Em 2004, sob a diretiva estratégica do Chefe de Estado-Maior General das F-FDTL, foi estabelecido um Grupo de Estudo de Força 2020 (GE-F2020), como sucessor do Estudo do King's College of London, com o objetivo de aprofundar o plano de desenvolvimento da Força, baseado nas ameaças e riscos no ambiente estratégico, avaliação das capacidades das F-FDTL e o desafio institucional (Fuik, 2006, p. E2-2).

O GE-F2020 composto por assessores internacionais de Portugal, Austrália, Malásia e oficiais superiores das F-FDTL (Fuik, 2006, p. A), iniciou o trabalho de julho de 2004 a maio de 2006. Num estudo e análise de dois anos, utilizando uma metodologia científica, foi produzido um documento primordial para as F-FDTL, como referência para a tomada de decisão do Comando das F-FDTL, em termos de desenvolvimento da Força (Fuik, 2006, p. E2-2) e servindo como primeira Diretiva de Planeamento Estratégico das F-FDTL 2005-2020.

O GE-F2020 tinha a missão de elaborar os documentos estruturantes estando incluído na estrutura do Ministério da Defesa (Decreto-lei n.º 53/2023, de 1 de setembro) bem como a revisão dos quais, em conformidade com as necessidades exigentes. O seguinte organograma mostra o enquadramento legislativo das F-FDTL.

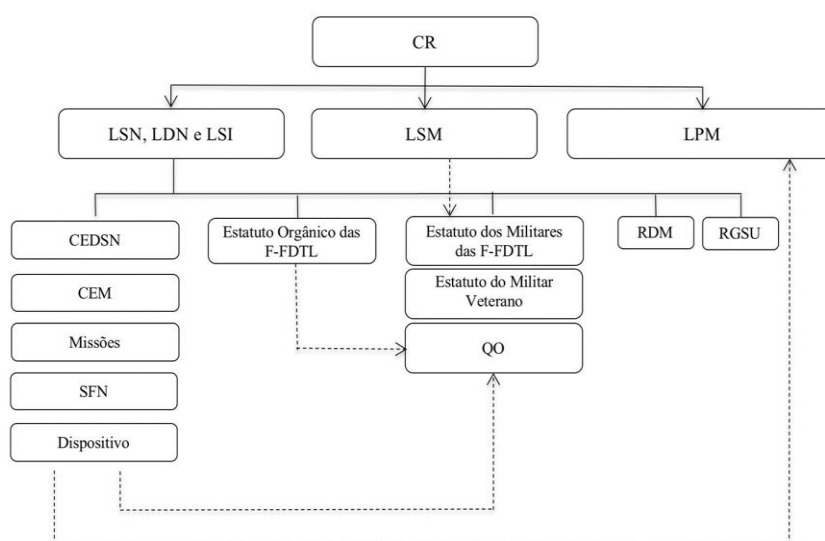


Figura 5 - Enquadramento Legislativo

Fonte: F-FDTL (2022)



Em 2005, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Força (PDF), alinhado com o orçamento geral do Estado, anual, em termos de recrutamento de novos militares, aquisição de equipamentos militares e construção de novos edifícios destinados às bases militares de novas unidades e componentes (F-FDTL, 2005). O PDF definiu as prioridades das necessidades urgentes das F-FDTL a atingir no curto e médio prazo (F-FDTL, 2005).

Em 2011, por despacho do Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) das F-FDTL, foi autorizada a revisão do PDF de 2005, atualizando as prioridades e redefinição das linhas do tempo, em termos de desenvolvimento das F-FDTL (F-FDTL, 2011), dando origem ao PDF 2011-2017.

5.4 Síntese conclusiva

Após a independência de Timor-Leste, as FALINTIL mantiveram um papel relevante no processo de desenvolvimento e consolidação do novo Estado. Tendo sido integradas nas F-FDTL foram sendo capacitadas enquanto Forças Armadas convencionais.

Desenvolvendo-se com base nos princípios e valores dos veteranos das FALINTIL as novas Forças de Defesa, em colaboração com a PNTL e todas as instituições do Estado e as missões de apoio e de monitorização da ONU, foram contribuindo para garantir a estabilidade e a paz de forma duradoura e resiliente. A cooperação no domínio da defesa com os países amigos permitiu o desenvolvimento das capacidades das F-FDTL.

Apesar de algumas dificuldades, como as verificadas aquando da crise de 2006, o seu papel continuou a ser relevante para a implementação da política de reconciliação entre timorenses bem como com a Indonésia, resultando em relações internas e internacionais de sucesso.

Desta forma e respondendo à QD3, a obtenção e manutenção do monopólio da força armada no território foi o principal contributo das FALINTIL, integradas nas F-FDTL no processo de consolidação da paz em Timor-Leste. Constituindo-se no instrumento militar do Estado, as novas Forças de Defesa foram-se assumindo como um ator fundamental para a consolidação da soberania timorense.



6. Conclusões

O objetivo geral deste trabalho de investigação foi analisar o papel das FALINTIL na resistência à ocupação Indonésia e o seu contributo para o processo que conduziu à restauração e consolidação da independência de Timor-Leste.

Na sequência da invasão do território de Timor-Leste pelas forças indonésias, o povo timorense iniciou um longo processo de 24 anos de resistência à ocupação. Esta resistência, que se constituiu num caso de sucesso, teve como principal protagonista as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL). O seu papel, no entanto, não terminou com a libertação da nação timorense. A sua ação continuou no período pós-independência, com o apoio às sucessivas missões aprovadas pela ONU até que o processo de construção do novo Estado ficasse consolidado.

Tendo como objeto de estudo as FALINTIL, delimitando sua atuação ao território timorense, desde a invasão indonésia, a 7 de dezembro de 1975 até à retirada da última Missão da ONU em território timorense, seguindo uma pesquisa histórica, a sua ação foi analisada segundo dois conceitos estruturantes: a guerra da resistência e a consolidação da paz.

As FALINTIL foram fundadas para serem o instrumento armado da FRETILIN, um dos partidos políticos que se envolveu numa luta interna pelo poder após a revolução do 25 de abril, em Portugal. Tendo vencido a guerra civil, as FALINTIL, a partir da invasão do território timorense pela Indonésia, iniciaram um longo processo de resistência.

Através da condução de uma guerra defensiva, as FALINTIL conseguiram retardar a ocupação total do território, através da organização de bases de apoio popular, que para além de garantirem a sustentação das linhas defensivas, permitiram desenvolver uma forte campanha de consciencialização e reforçar a identidade nacional timorense.

Reorganizando a resistência, após a ocupação total do território por parte das forças indonésias, as FALINTIL desenvolveram uma nova estratégia, em conjunto com as restantes Frentes da Luta e com a Igreja Católica, permitindo manter a resistência ao ocupante através da consolidação de uma política de unidade nacional e de reconciliação dos guerrilheiros, no pós-guerra civil. Conduzindo diferentes ações de combate, as FALINTIL contribuíram, de forma decisiva, para que a máxima da luta – “Resistir é Vencer” fosse implementada. Esta ação possibilitou a manutenção da coesão dos timorenses à volta da vontade de resistir e



lutar pela sua independência, garantindo, simultaneamente a liberdade de ação de outros atores para uma ação política que conduziu ao processo de realização da consulta popular ao povo timorense.

Aceitando ser acantonadas, as FALINTIL, iniciaram um processo de transição que terminou com a criação das Forças de Defesa de Timor-Leste. Mas neste processo a sua ação foi muito relevante no apoio à UNAMET em todo o processo de recenseamento e consulta popular. Mantendo-se acantonadas e não reagindo às ações das milícias armadas, mantiveram uma grande ligação e colaboração com as forças da ONU, tendo, simultaneamente colaborado no processo de reconciliação e apoiando o regresso dos deslocados a Timor-Leste.

O processo de transformação, de um movimento de guerrilha para umas forças armadas regulares, foi outro dos sucessos validados. Sob orientação das forças da ONU, as FALINTIL iniciaram a sua reorganização nas forças de defesa do novo Estado, muito apoiadas bilateralmente por diferentes Estados, começaram a assumir gradualmente a responsabilidade no setor de defesa e segurança. Em colaboração com a PNTL e todas as instituições do Estado e sob supervisão da ONU, as novas Forças de Defesa, foram-se desenvolvendo, apoiadas nos princípios e valores dos veteranos das FALINTIL. A obtenção e manutenção do monopólio da força armada no território, embora de forma gradual e com alguns retrocessos, foi o principal contributo das FALINTIL, integradas nas F-FDTL no processo de consolidação da paz em Timor-Leste.

Analisando globalmente o papel das FALINTIL na resistência à ocupação indonésia e o seu contributo na restauração e consolidação da independência de Timor-Leste - a questão central deste trabalho, podemos concluir que a existência de uma componente armada, com capacidade efetiva de atuação, num movimento de resistência, é fundamental para manter uma capacidade efetiva para resistir, em apoio de outros instrumentos de ação. Por outro lado, validou-se que a forma controlada como foram transformadas as FALINTIL, de uma força de guerrilha, numas forças armadas regulares é uma condição para que o processo de consolidação deste processo de transição. Por fim, confirmou-se que, enquanto o instrumento militar de um Estado não obtiver o monopólio e o controlo efetivo da força armada, a situação de instabilidade num território é difícil de controlar de forma sustentável.



Como contributos para o conhecimento são todas as formas e estratégias que foram e deveriam ser aplicadas em termos de recorrer as soluções mais pacíficas, justas e aceitáveis por todas as partes através duma política de unidade nacional e de reconciliação para unificar todos os esforços nas situações de crise e de conflitos armados, a fim de atingir o estado final desejado.

A elaboração deste trabalho de investigação enfrentou algumas limitações, destacando-se a distância física ao território, que dificultou a recolha de fontes primárias, especialmente junto do museu da resistência em Timor-Leste, bem como as entrevistas com ex-guerrilheiros, fontes primárias da história de resistência.

Estas limitações recomendam que se aprofundem algumas temáticas que apenas puderam ser abordadas superficialmente, como o conjunto de ações táticas conduzidas pelas FALINTIL, a relação destas com a Frente Clandestina e o processo de reintegração na sociedade civil dos guerrilheiros que não foram incorporados nas F-FDTL.

“Resistir é Vencer”



Referências bibliográficas

- Ahmed, N. (2006). UN Humanitarian Intervention in East Timor: A Critical Appraisal. *Entelquia, Revista Interdisciplinar*, (2), 227-244 [versão PDF]. Retidado de https://www.researchgate.net/publication/5015805_UN_Humanitarian_Intervention_in_East_Timor_A_Critical_Appraisal
- Assembleia Constituinte (2002). *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Parlamento Nacional.
- Bernardino, L. (2022). A Génese da Formação das FALINTIL: Contributos para a Edificação do Estado. *Jornal das Relações Internacionais*, 74, pp. 117-128. [doi:1023906/ri2022.74a08](https://doi.org/10.1023906/ri2022.74a08)
- Bernardino, L., & Rizzi, K. (2023). *25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Bernardino, L., & Mendes, N. (2017). *Timor-Leste: Da Guerrilha as Forças de Defesa*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Blanco, R. (2015). O processo de construção da paz da ONU: uma análise de suas falhas no Timor-Leste. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58 (1), pp. 42-62. <http://doi.org/10.1590/0034-7329201500103>
- Cavaleiro, A. J. R. (Coord.) (2004). *O Exército Português em Timor-Leste*. Lisboa: Gabinete do CEME.
- Center for International Governance Innovation. (2009, dezembro). Security Sector Reform Monitor [Página online]. Retirado de https://www.cigionline.org/sites/default/files/ssrm_-_east_timor_-_1.pdf
- Clark, M. (1988). *Che Guevarra: Fundamentals of Guerrilha Warfare* [versão PDF]. Retirado de <https://smallwarsjournal.com/documents/clark.pdf>
- Decreto-Lei n.º 17/2006, de 8 de novembro (2006). *Regulamento de Disciplina Militar*. Jornal da República, 1.ª Série, 19, 1538-1554. Díli: Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei n.º 53/2023, de 1 de setembro (2023). *Orgânica do Ministério da Defesa*. Jornal da República, 1.ª Série, 32 D, 38-39. Díli: Conselho de Ministros.
- Deus, I. (2024, 9 de fevereiro). F-FDTL Integram em Missões da ONU desde 2011 [Página online]. Retirado de <https://pt.tatoli.tl/2024/02/09/f-fdtl-integram-em-missoes-da-onu-desde-2011/>



- Durch, W. (Ed.) (2006). *Twenty-First-Century Peace Operations*. Washington D.C. :United States Institute and Henry L. Stimson Center.
- FALINTIL-FDTL (2005). *Plano de Desenvolvimento da Força 2005*. Díli: Autor.
- FALINTIL-FDTL (2011). *Plano de Desenvolvimento da Força 2011-2017*. Díli: Autor.
- FALINTIL-FDTL (2016). *Memorando:Ações de Formação Apoiadas pela Assessoria Portuguesa na Componente de Formação e Treino desde o seu inicio; sua Identificacao e Análise das que Estao Incluidas entre jan 2015 e março 2016*. Metinaro: Autor.
- FALINTIL-FDTL (2022). *Conceito Estratégico Militar*. Díli: Autor.
- Fuik, P. K. (Coord.) (2006). *Caderno de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento das Forças Armadas de Timor-Leste 2005-2020*. Díli: F-FDTL.
- Geoespacial da ONU. (2011, de 1 de novembro). Timor-Leste [Página online]. Retirado de <https://www.un.org/geospatial/content/timor-leste>
- Governo da RDTL (2011). *Plano Estratégica de Desenvolvimento 2011-2030* [versão PDF]. Retirado de http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf
- Guevara, E. C. (2006). *Guerrilla Warfare*. Havana: Centro de Estudios Che Guevara.
- Gusmão, X. (1981). *Conferencia Nacional para a Reorganizacao da Resistencia Armada*. Díli: Autor.
- Gusmão, X. (2012). *Xanana Gusmão e os primeiros 10 anos da construção do Estado timorense*. Lisboa: Porto Editora.
- Hasegawa, S. (2006). *Lessons Learned from Peacekeeping and Peacebuilding Support Missions in Timor-Leste* [versão PDF]. Retirado de <https://reliefweb.int/report/timor-leste/lessons-learned-peacekeeping-and-peacebuilding-support-missions-timor-leste>
- Howard, L. (2008). *UN Peacekeeping in Civil Wars*. New York: Cambridge University Press.
- Howe, B., & Uesugi, Y. (2016). The Legality and Legitimacy of UN Peacekeeping Mission in East Timor. *Waseda Global Forum*, 12, pp. 81-107. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/347484897_The_Legality_and_Legitimacy_of_UN_Peacekeeping_Missions_in_East_Timor
- Instituto de Estudos Superiores Militares (2007). *Operações de apoio à paz*. Lisboa: Autor.



- International Institute for Strategic Studies. (2012). *Shangri-La Dialogue 2012 Keynote Address: President of Indonesia* [DVD]. Retirado de <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?&q=susilo+bambang+yudhoyono+speech+in+shangri-la+dialogue>
- Jolliffe, J. (1978). *East Timor: Nationalism & Colonialism*. Brisbane: University of Queensland Press.
- King's College of London (2000). *Independent Study on Security Force Options for East Timor*. Díli: Autor.
- Laek, F. R. (2019). *O voo do pombo: Memórias de Falur Rate Laek*. Díli: Autor.
- Lei n.º 3/2010, de 21 de abril (2010). *Lei de Defesa Nacional*. Jornal da República, 1.ª Série, 15, 4028-4045. Díli: Parlamento Nacional.
- Lousada, A., Oliveira, A., & Afonso, C. (2014). *A luta Armada Timorense: Na Resistência à Ocupação (1975-1999)*. Díli: Tribuna da História.
- Marker, J. (2003). *East Timor: a memoir of the negotiations for independence*. Jefferson: McFarland.
- Marques, C. (2022, 8 de março). *Ciber Dúvidas da Língua Portuguesa* [Página online]. Retirado de <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/resistencia/4825>
- Medeiros, J. (2021, 19 de fevereiro). *Pátria ou Morte! O Histórico Discurso de Che Guevarra na ONU em 1964* [Página, online]. Retirado de <https://jornalistaslivres.org/patria-ou-morte-o-historico-discurso-de-che-guevara-na-onu-em-1964/>
- Mendes, N., & Saramago, A. (Eds.) (2011). *Dimensions of State-Building: Timor-Leste in Focus*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Niner, S. (2009). *Xanana: Leader of the Struggle for Independent Timor-Leste*. Victoria: Australian Scholarly Publishing.
- Niner, S. (Ed.) (2000). *To resist is to win!: The autobiography of Xanana Gusmão*. Victoria: David Lovell Publishing.
- Oliveira, A. (2022). *Os Caminhos para a Paz: As Farças Armadas na Resolução de conflitos*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Organização das Nações Unidas (2017). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nova Iorque. Autor.
- Penna, R. (2009). *“Option 3” Revisited: A critical assessment of how the choices made in the built up of Timor-Leste's Security Sector contributed to the country's political*



- crisis in 2006* (Tese de Dissertação de Mestrado em MA Conflitct, Security and Development). University of London, London.
- Pereira, Z., & Feijó, R. (2023). *Timor-Leste: Do colonialismo tórdio à independência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pimentel, I. (2024). *Do 25 de Abril de 1975 ao 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Pires, M. (1991). *Descolonização de Timor: Missão Impossível?* Lisboa: Dom Quixote.
- Portal do Ministério Público de Portugal (1999). *Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste* [versão PDF]. Retirado de <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/ac-pt-ind.pdf>
- Regulamento da UNTAET n.º 1/2001, de 31 de janeiro (2001a). *Sobre a Criação das Forças de Defesa de Timor-Leste* [versão PDF]. Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/421877>
- Regulamento da UNTAET n.º 10/2001, de 13 de julho (2001b). *On The Establismet of a Commission for Reception, Truth, and Reconciliation in East Timor* [versão PDF]. Retirado de <https://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/UNTAETLaw/Regulations%20English/regenglish.htm>
- Resolução da Assembleia Geral da ONU n.º 1514/1960, de 14 dezembro (1960). *Declaration on the granting of Independence to colonial countriesand peoples* [versão PDF]. Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/206145?v=pdf>
- Resolução do Governo n.º 43/2016, de 14 de dezembro (2016). *Aprova o Conceito Estrategico de Defesa e Segurança Nacional*. Jornal da República, 1.ª Série, 48, 6-7. Díli: Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 384/1975, de 22 de dezembro (1975). *Resolution 384 (1975). Adopted unanimously at the 1869th meeting* [versão PDF]. Retirado de <http://unscr.com/en/resolutions/384>
- Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1246/1999, de 11 de junho (1999a). *Resolution 1246 (1999) Adopted by the Security Council at its 4013th meeting, on 11 June 1999* [versão PDF]. Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/1494150>
- Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1272/1999, 25 de outubro (1999). *Resolution 1272 (1999). Adopted by the Security Council at its 4057th meeting*



- [versão PDF]. Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/291410?ln=en> – Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1410/2002, de 17 de maio (2002). *Resolution 1410 (2002). Adopted by the Security Council at its 4534th meeting* [versão PDF]. Retirado de <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmiset/background.html>
- Resolução do Governo n.º 1/2004, de 28 de janeiro (2004). *Aprovação do Acordo de Coopeeração Técnico-Militar entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa*. Jornal da República, 1.ª Série, 1-5. Díli: Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1599/2005, de 28 abril (2005). *Resolution 1599 (2005). Adopted by the Security Council at its 5171st meeting* [versão PDF]. Retirado de <http://unscr.com/en/resolutions/1599>
- Ruak, T. (2017). *Ser livre é ser capaz de dizer não*. Díli: Timor Editora.
- Salla, M. (2000). Promoting Reconciliation in East Timor: Imperatives for Transition to Self-Government. *Pacific Review*, 12, (1), pp. 33-46.
[doi/abs/10.1080/132391000113673](https://doi.org/10.1080/132391000113673)
- Santos, L., & Lima, J. (Coords.) (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Syahnakri, K. (2013). *Timor Timur: The Untold Story*. Jakarta: Kompas.
- Tse-Toung, M. (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
- United Nations Human Rights (2006). *Report of the United Nations Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Geneva: Autor. Retirado de <https://www.ohchr.org/en/documents/report-united-nations-independent-special-commission-inquiry-timor-leste>



Apêndice A – Lista de entrevistados

No	Nome	Funções		Data	Método
		Anterior	Atual		
1	Tito da Costa Cristóvão “Lere Anan Timur”	Subchefe do Estado-Maior das FALINTIL e CEMFGA das F-FDTL	Membro do Conselho de Segurança e Defesa	26/04/2024	presencial
2	Domingos Raul “Falur Rate Laek”	Cmdt da Região 3	CEMGFA	19/12/2023	presencial
3	Eusébio Corsino de Araujo	Assistente político	Embaixador de Timor-Leste em Cuba	13/01/2024	presencial
4	Pascoal Ximenes “Nixon”	Assistente Político	Sargento-Ajudante	20/01/2024 e 14/04/2024	videochamada
5	Lourenço Cabral” Aquito”	Cmdt da Unidade	Tenente da Polícia Militar	15/04/2024	videochamada
6	Egídio de Jesus	Oficial da CTM	Oficial da CTM	5/11/2023	Correio eletrônico



Apêndice B – Corpo de conceitos complementares

Centro de gravidade	São as características, capacidades ou localizações, dos quais depende liberdade de ação, a força ou vontade de combater, de uma força militar (Exército português, 2012, p. B -7).
Guerra de guerrilha na montanha	É uma guerra de resistência nas montanhas contra a ocupação estrangeira recorrendo todos os meios e soluções viáveis (política e diplomática, militar, etc.) para atingir o estado final – a independência.
Guerra de guerrilha urbana	É uma guerra de resistência junto das vilas e cidades organizando as populações para apoiar em movimentos e manobras incluindo todos os apoios necessários para a sobrevivência a fim de alcançar o objetivo final – a independência.
Guerra de posição	É uma guerra prolongada que obedece à ofensiva, à consolidação e à retirada por parte do inimigo e a defensiva, preparação da contraofensiva e ofensiva por nossa parte (Tsé-Tung, 2004, p. 182).
Manobra	É o emprego de forças através da combinação do fogo e movimento para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo de forma a cumprir uma missão (Exército português, 2012, p. B-16)
Operações	Ação militar necessária para o cumprimento de uma missão estratégica, tática, de serviços, de treino ou administrativa; o processo para atingir os objetivos para cada batalha ou campanha em combate, incluindo movimentos, reabastecimentos, manobras de ataque e defesa. Inclui o planeamento, preparação, execução e avaliação para atingir os objetivos de qualquer empenhamento, batalha, operação de grande envergadura ou campanha (Exército português, 2012, p. B-18)
Operações decisivas	As operações decisivas cumprem, diretamente, tarefas atribuídas pelo escalão superior e influenciam decisivamente o resultado das operações de grande envergadura, batalhas e empenhamentos (FM 3-0).
Operações defensivas	As operações defensivas são operações de combate, conduzidas para derrotar um ataque inimigo, economizar forças e criar condições favoráveis para passar a operações ofensivas ou de estabilização (Exército português, 2015, p. 3-1).
Operações de informação	Ações coordenadas que visam influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objetivos políticos e militares, afetando os seus sistemas de comando e controlo e informações, enquanto exploram/protegem os nossos sistemas de informação (Exército português, 2012, p. B-19).



Operações de moldagem	Criar e manter as condições necessárias ao sucesso da operação decisiva (Exército português, 2012, p. B-19).
Operações ofensivas	As operações ofensivas são as operações de combate conduzidas com o intuito de derrotar ou destruir o inimigo e conquistar terreno, recursos e centros populacionais (Exército português, 2015, p. 2-1).